



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

Adam Aaron Lima Martem Santos

HABITAÇÃO E BEM VIVER: INDICADORES DE HABITABILIDADE
URBANA COMPLEMENTARES

Salvador
Novembro – 2017

Adam Aaron Lima Martem Santos

HABITAÇÃO E BEM VIVER: INDICADORES DE HABITABILIDADE
URBANA COMPLEMENTARES

Trabalho de Conclusão de Curso a ser
apresentado à Universidade do Estado da
Bahia, como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharelado em Urbanismo.
Orientadora: Prof. Dra. Débora Nunes

Salvador
Novembro – 2017

*“Vou te contar
Os olhos já não podem ver
Coisas que só o coração pode entender”
(Tom Jobim)*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por ter me concedido saúde, força e disposição para fazer a faculdade e o trabalho de final de curso.

Aos meus pais Marcelo e Sueli, aos meus irmãos Hernani e Sales, aos meus avós, tios e primos, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Por sua capacidade de cuidar, acreditar e investir em mim

Aos meus amigos de sempre e para sempre Joane, Mário, Ricardo, Marcos, Fábio, Lucas, Igor, Bruno, Yago, Iago, entre outros: pela paciência e compreensão durante o processo. Por entenderem todos os meus: – “Não posso hoje. Tenho trabalho da faculdade”. Pelas alegrias, festas, angústias e tristezas compartilhadas.

Aos meus colegas e amigos que fiz durante a graduação e que com certeza continuarão presentes na minha vida, em especial os membros do “Clube do Bolinha +1/The Fab Four” – Henrique, Jonatas, Felipe, Vitor, Leonardo, Elton, Alisson e Thayse”. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesses espaços foram a melhor experiência da minha formação acadêmica.

À professora Débora Nunes pela excelente orientação e incentivos constantes que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos membros da minha banca examinadora Prof. Emerson Sales e Prof. Leonardo Polli: pelas contribuições que foram de grande valia para o meu trabalho e que são para mim referências no campo científico.

À cada membro do corpo docente, à coordenação e todos os funcionários – principalmente Edmilson e Railda – do colegiado do curso de Urbanismo.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Os principais indicadores de qualidade de vida e habitabilidade urbana utilizados atualmente ao redor do mundo são aplicados de forma setORIZADA, ou seja, não funcionam de forma que conversem entre si. O Índice de Desenvolvimento Humano, por exemplo, é aferido a partir de três aspectos (renda, educação e saúde). Já para a habitação, os critérios utilizados convencionalmente tendem a analisar basicamente a infraestrutura da moradia em si. Tendo presente tal quadro, este trabalho desenvolve um estudo bibliográfico com relação aos conceitos de habitabilidade e *buen vivir*, objetivando elaborar um novo modelo de indicadores de habitabilidade urbana. Para tanto, fixa-se na ideia de que a habitabilidade urbana é caracterizada como um conjunto de condições físicas e não físicas que permitem a permanência humana em um lugar, sua sobrevivência e certo grau de gratificação de existência. Dessa forma, a habitação se constitui em um espaço de construção e consolidação do desenvolvimento da qualidade de vida. Além disso, utiliza-se de uma matriz ampla e interativa, denominada “*buen vivir*”, termo que designa a felicidade daquele que vive em equilíbrio consigo mesmo, com sua comunidade e com todos os seres da natureza. O modelo proposto neste trabalho conceitua habitabilidade urbana como a inter-relação entre os critérios de infraestrutura e os princípios do “*buen vivir*”, propondo a utilização do índice de habitabilidade urbana como ferramenta para mensurar a qualidade de vida local.

Palavras-chave: Habitabilidade urbana; *buen vivir*; qualidade de vida; indicadores.

ABSTRACT

The current indicators of quality of life and urban habitability are applied in a sectorized way, in other words, they do not work in an integrated way. The Human Development Index, for example, is measured from three aspects (income, education and health). As for habitation, the criteria used conventionally tends to analyze basically the habitation infrastructure. Considering this framework, this work develops a bibliographical study on the concept of urban habitability, aiming to elaborate a new model of urban habitability indicators. For this, it is based on the idea that urban habitability is characterized as a set of physical and non-physical conditions that allow human permanence in a place, its survival and a certain degree of gratification of existence. In this way, habitability constitutes a space of construction and consolidation of the development of quality of life. In addition, it uses a broad and interactive matrix, called "*buen vivir*", a term that designates the happiness of one who lives in equilibrium with himself, with his community and with all beings of nature.

The proposed model conceptualizes urban habitability as the interrelationship between the infrastructure criteria and the principles of "*buen vivir*" proposing the use of the urban habitability index as a tool to measure the local quality of life.

Keywords: Urban habitability; *buen vivir*; quality of life; indicators.

LISTA DE SIGLAS

- CEE** – Comunidade Econômica Europeia
- COMECON** – Conselho para Assistência Econômica Mútua
- EUA** – Estados Unidos da América
- FIB** – Felicidade Interna Bruta
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IHU** – Índice de Habitabilidade Urbana
- ILH** – Índice de Liberdade Humana
- ILP** – Índice de Liberdade Política
- ISI** – Instituto Interamericano de Estatística
- OCDE** – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONG** – Organização Não Governamental
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PNB** – Produto Nacional Bruto
- PNL** – Produto Nacional Líquido
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- RDH** - Relatório de Desenvolvimento Humano
- UNEB** – Universidade do Estado da Bahia
- UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas
- WHOQOL** – World Health Organization Quality of Life

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. REFLEXÕES CONCEITUAIS	10
2.1 HABITABILIDADE URBANA	10
2.1.1 Escalas de interação da habitabilidade	12
2.1.1.1 A primeira escala: a cidade	12
2.1.1.2 A segunda escala: o bairro	13
2.1.1.3 A terceira escala: a habitação	14
2.1.1.4 A habitabilidade do indivíduo	15
2.2 <i>BUEN VIVIR</i>	19
2.3 QUALIDADE DE VIDA	22
3. ESTUDO DOS INDICADORES EXISTENTES	26
3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO E INDICADORES ECONÔMICOS	27
3.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E OUTROS INDICADORES SOCIAIS	28
3.3 FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)	30
4. CONSTRUINDO E APERFEIÇOANDO INDICADORES DE HABITABILIDADE URBANA	37
4.1 APRESENTAÇÃO	38
4.2 METODOLOGIA	39
4.3 ÍNDICE DE HABITABILIDADE APLICADO À MATA DE SÃO JOÃO	40
4.3.1. Antrópico	41
4.3.2. Socioambiental	45
4.3.3. Naturais	48
4.4 NOVA VERSÃO	50
4.4.1 Os Indicadores da nova versão	52
5. CONCLUSÃO	54
6. REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A	63

1.INTRODUÇÃO

A habitabilidade urbana é caracterizada como um conjunto de condições físicas e não físicas que permitem a permanência humana em um lugar, sua sobrevivência e certo grau de gratificação de existência. Dessa forma, a habitação se constitui em um espaço de construção e consolidação do desenvolvimento da qualidade de vida.

A qualidade de vida da população brasileira é oficialmente analisada sob o ponto de vista do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), índice esse que é aferido a partir de três aspectos (renda, educação e saúde). Já para a habitação, os critérios utilizados convencionalmente tendem a analisar basicamente a infraestrutura da moradia em si. Existem ainda métodos alternativos de avaliação do desenvolvimento humano, como o FIB (Felicidade Interna Bruta). Este conceito inovador criado pelo reino butanês na segunda metade do século passado, se baseia no princípio de que o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade surge quando o desenvolvimento espiritual e o desenvolvimento material são simultâneos.

Os atuais indicadores, como os citados acima, mostram-se, à primeira vista, insuficientes para determinar o desenvolvimento humano, pois são aplicados de forma cartesiana, já que cada um afere o que lhe é proposto, mas não funcionam de forma integrada. Além disso, sabe-se que o habitat é determinante para uma boa qualidade de vida, e esta não está incluída nos critérios do IDH, por exemplo.

Desse modo, faz-se necessário estudar o atual modelo de mensuração de qualidade de vida existente e desenvolver uma metodologia complementar capaz de identificar os aspectos da infraestrutura urbana circunvizinha e as características não materiais que são determinantes para o bem-estar do indivíduo, aferindo quão necessário se faz a presença destes para que se tenha a sensação de bem viver.

Este trabalho se propõe a estudar a habitabilidade a partir da identificação da população com seu habitat, partindo da dimensão em que a habitação, é principal espaço de sociabilidade, transformando-a em um espaço essencial, veículo da construção e desenvolvimento do chamando "*buen vivir*". Esse conceito ancestral originário de povos sul-americanos, em sentido mais amplo, pode ser traduzido como viver em plenitude, sendo um forte indicador a ser considerado nos critérios de avaliação de uma boa qualidade de vida.

Os novos indicadores a serem propostos nesse trabalho, portanto, devem partir de uma visão mais sistêmica e holística, diferentemente dos tradicionais critérios socioeconômicos que atualmente determinam o desenvolvimento humano. A partir disso, deve-se valorizar critérios baseados no bem-estar providos pela habitação, seu entorno e sua inter-relação com o meio urbano, resultando de fato em um indicador preciso e efetivo, considerando o ponto de vista baseado no levantamento mais abrangente de fatores físicos e não físicos.

O presente trabalho foi composto seguindo os seguintes preceitos:

PROBLEMATIZAÇÃO: Levando em consideração o ambiente como determinante no bem-estar do indivíduo, a habitação se constitui em um espaço de construção e consolidação do desenvolvimento da qualidade de vida. A população tem na habitação seu principal espaço de sociabilidade, transformando-a em um espaço essencial, veículo da construção e desenvolvimento do chamando “*buen vivir*”. Esse conceito ancestral (Sumak kawsay, no original quíchua, ou ainda Suma Qamaña, em aimará), originário de povos sul-americanos, representa um modelo de vida distinto ao que vem sendo propagado hoje. É um termo que designa a felicidade daquele que vive em equilíbrio consigo mesmo, com sua comunidade e com todos os seres da natureza, ou seja, em sentido mais amplo, pode ser traduzido como viver em plenitude, podendo ser um forte indicador a ser considerado nos critérios de avaliação de uma boa qualidade de vida.

A qualidade de vida da população brasileira é oficialmente analisada sob o ponto de vista do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Tal índice fornece apenas, de modo insatisfatório, uma noção de qualidade de vida, pois esta última envolve um conceito muito amplo para ser descrito com somente três aspectos (renda, educação e saúde). Já para a habitação, os critérios utilizados convencionalmente tendem a analisar basicamente a infraestrutura da moradia em si. Existem ainda métodos alternativos de avaliação do desenvolvimento humano como o FIB (Felicidade Interna Bruta) que se baseia no princípio de que o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade surge quando o desenvolvimento espiritual e o desenvolvimento material são simultâneos.

Esses atuais indicadores mostram-se insuficientes para determinar o desenvolvimento humano, pois são aplicadas de forma cartesiana, já que cada um afere o que lhe é proposto, mas não funcionam de forma integrada. Além disso sabe-

se que a habitação é determinante para uma boa qualidade de vida, e esta não está incluída nesses critérios.

Os novos indicadores a serem propostos, portanto, devem partir de uma visão mais sistêmica e holística, diferentemente dos tradicionais critérios socioeconômicos que atualmente determinam o desenvolvimento humano. A partir disso, deve-se valorizar critérios baseados no bem-estar providos pela habitação, seu entorno e sua inter-relação com o meio urbano, resultando de fato em um indicador preciso e efetivo.

PROBLEMA: De que forma pode-se aferir a qualidade de vida a partir de uma visão suficientemente ampla e que abranja fatores determinantes, como o habitar, e que não são levados em conta pelos principais métodos de identificação de qualidade de vida?

HIPÓTESE: Ao criar uma metodologia capaz de identificar e classificar quais aspectos da habitação e seu entorno influem diretamente no bem-estar e na qualidade de vida dos moradores, além dos critérios de modo de viver, poder-se-á intervir pontualmente em cada um dos indicadores para que haja uma melhoria nestes.

JUSTIFICATIVA: Sabe-se que há uma necessidade de um enfoque sociológico e técnico para determinar a qualidade de vida de uma comunidade. Isso deve acontecer desde o início do processo de idealização e construção da habitação, por meio da promoção adequada do desenho, da localização do imóvel, da habilitação, da adaptação para pessoas com mobilidade reduzida, do gerenciamento, até o uso e manutenção da habitação e de seu entorno. Visto isso, o índice referente à habitabilidade diz respeito ao conjunto de aspectos que interferem na qualidade de vida e comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e sociais. O indicador de habitabilidade urbana parte do pressuposto de que a moradia é entendida em seu sentido amplo, conjugando-se ao direito à cidade. Essa avaliação deve verificar em que medida a habitação responde a uma preocupação dessa ordem, de estar inserida na malha urbana, baseada em sua relação com a rede de infraestrutura e a possibilidade de acesso a equipamentos públicos, tornando-se um importante instrumento para a gestão e conseqüentemente ampliando a sensação de bem-estar do indivíduo.

OBJETIVOS GERAIS: Estudar o atual modelo de mensuração de qualidade de vida e desenvolver metodologia complementar capaz de identificar os aspectos da habitação, da infraestrutura urbana circunvizinha e do modo de vida do indivíduo que

são determinantes para o bem-estar do mesmo, aferindo quão necessário se faz a presença destes para que se tenha a sensação de bem viver.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Os objetivos específicos desse trabalho se reverberam na construção dos seus capítulos, que foram organizados da seguinte forma:

O primeiro trata do aprofundamento teórico dos conceitos que serviram de alicerce para a construção dos indicadores. No segundo capítulo é feita uma contextualização acerca dos atuais modelos de indicadores que determinam a qualidade de vida. O terceiro capítulo trata de como construir os indicadores propriamente ditos. Nesse capítulo também estará a metodologia desenvolvida durante os estudos para esse trabalho. Por último, serão expostas as conclusões obtidas após o término do estudo.

2. REFLEXÕES CONCEITUAIS

2.1 HABITABILIDADE URBANA

Habitabilidade é um termo que não se limita a unidade habitacional em sua construção. É, na verdade, um tema que abrange outras faces coletivas e privadas, físicas, psicológicas, sociais e culturais. É um conceito complexo que, segundo a ONG Habitat Brasil (2009), envolve muitos aspectos que afetam a qualidade do habitante, como a qualidade da casa em termos de material de construção, a segurança da posse da terra, a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem, sistema viário, forma do bairro e disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços públicos, além de áreas de lazer e convivência comunitária.

Já segundo Bonduki (2002), o termo habitabilidade, se refere aos diversos aspectos que interferem na comodidade e na qualidade de vida dos moradores, através do suprimento das suas necessidades tanto físicas como psicológicas e socioculturais. Abrange a habitação num sentido amplo no contexto da cidade, a população atendida plenamente pelos serviços urbanos de infraestrutura e equipamentos urbanos, inclusão territorial e pertencimento a um espaço saudável.

“O conceito Habitabilidade Urbana parte do pressuposto de que habitação seria entendida em seu sentido macro, conjugando-se ao direito à cidade, ou seja, de estar inserida na malha urbana, baseada em sua relação com a rede de infraestrutura e a possibilidade de acesso aos equipamentos públicos. Este conceito diz respeito à questão do pertencimento ao território urbano e da inclusão dentro e um amplo contexto urbano. Por meio do desenvolvimento deste conceito, também poderia se dar visibilidade ao pleno exercício de fruir, usufruir e construir um espaço com qualidade de saudável/habitável (BONDUKI, 2002 apud COHEN, 2004, p.27-28).”

A habitabilidade é identificada como o conjunto de necessidades que precisam ser satisfeitas para uma existência adequada do ser humano. O conceito se apropria principalmente das características físicas e aspectos técnicos que (principalmente a habitação) deve cumprir para garantir condições de conforto térmico, acústico e de salubridade. A habitabilidade, sob a ótica de PANTOJA (2016), é definida como “a qualidade do que é habitável e em particular a que, de acordo com determinadas normas legais, caracteriza-se como moradia”. Ainda em seu trabalho, o arquiteto colombiano adverte que a habitabilidade é o conjunto de condições mínimas que dito

local ou habitação deve cumprir em termos de salubridade e higiene, proteção contra o ruído, economia de energia e isolamento térmico.

As condições explicitadas acima, são extremamente relevantes do ponto de vista funcional, mas, mostram-se insuficientes, porque como um conjunto de necessidades que precisam ser atendidas para uma existência adequada do ser humano, esse campo do conhecimento – a arquitetura – privilegia apenas as características tangíveis e os aspectos técnicos da construção. Estes estão inseridos em um sistema de medidas e valoração para que possam ser avaliados e classificados em intervalos de altas ou baixas habitabilidade. No entanto, esta definição não parece ser suficiente, uma vez que não se trata apenas de necessidades de infraestrutura, é também, nas palavras da arquiteta Maritza Granados (2013):

“[...] para promover atos perceptivos dentro dos espaços. A arquitetura e a consequente habitabilidade devem ser abordadas como um ser biológico dotado de suas próprias características e não apenas como um recipiente que atende condições de conforto. Isso significa que o exercício projetual deve ser considerado um ato inseparável da pessoa que vive, ou seja, não para ele, mas dele, o que garante que os espaços estão profundamente ligados ao usuário. Além da dureza de seus limites físicos, é claro que a arquitetura possui capacidades de mutação definitivas que sempre respondem ao modo como é habitada. (GRANADOS, 2013, p. 377)”

Ainda nesse aspecto, o arquiteto também colombiano Alberto Saldarriaga acredita que habitabilidade é "um conjunto de condições, físicas e não físicas, que permitem a permanência humana num único local, a sua sobrevivência e, em maior ou menor grau, a satisfação de existência" (SALDARRIAGA, 1976, p. 57). Esta definição parece mais assertiva do que a de seu conterrâneo Jhon Pantojas, uma vez que o complementa, incluindo uma variável adicional: o mundo do intangível.

Ampliando a definição fornecida pelo Professor Saldarriaga, habitabilidade é permitir a adequada satisfação das necessidades habitacionais, tais como higiene, privacidade, conforto, localização e segurança da posse, mas também incorporar a medição de variáveis subjetivas, como o grau de satisfação em morar em determinado local, sua relação com a vizinhança e sentimento de pertencimento.

Complementa e exemplifica a definição anterior, a visão que sustenta o arquiteto Manuel Sánchez de Carmona:

“Habitabilidade e arquitetura são duas palavras intimamente relacionadas, mas diferentes. [...] Deixe-me explicar: Habitabilidade é uma qualidade do espaço que se baseia em múltiplos aspectos além dos aspectos arquitetônicos. Um lugar pode ser habitável se tiver características afetivas que não sejam necessariamente espacialmente físicas. Poucas coisas podem ser para muitos de nós mais habitáveis do que a casa em que nascemos, onde nossos pais viveram, onde eventos significativos aconteceram. Essas particularidades podem ser independentes das características formais do local. Quando ambos os aspectos são adicionados juntos, é alcançada uma plenitude na experiência de estar em um só lugar”. (CARMONA, 2009, p. 1)

2.1.1 Escalas de interação da habitabilidade

De acordo com Sánchez de Carmona (2006), a habitabilidade de um local pode ser distinguida em três escalas de interação: a escala macro (cidade), a escala intermediária (bairro) e a microescala (habitação).

Essas escalas representam o espaço físico e as atividades da vida que estão intimamente relacionadas umas com as outras, tanto que, no momento em que se percebe algum tipo de mudança em alguma delas, a habitabilidade começa a ser afetada. Essas escalas são explicadas abaixo, tentando enfatizar as condições físicas e não físicas que as constituem:

2.1.1.1 A primeira escala: a cidade

O modo moderno de vida torna a cidade habitável, porque nela, as condições em escala macro, podem começar a satisfazer as necessidades gerais da subsistência humana. A cidade deve oferecer um espaço para trabalho, assistência médica, abastecimento alimentar, recreação e estudo, que, embora possam ser limitados, são mais acessíveis do que em um ambiente rural, por exemplo.

A cidade é, por definição, um conjunto inter-relacionado de espaços e serviços coordenados por uma entidade política / administrativa. (PANTOJAS, 2016) Presumivelmente, quanto maior a cidade, mais oportunidades podem ser oferecidas para satisfazer as demandas de habitabilidade, no entanto, as tendências migratórias campo-cidade e as altas taxas de natalidade podem afetar a possibilidade de acesso a elas; assim, o tamanho das cidades gera efeitos negativos porque, embora haja todos os tipos de satisfações, o acesso a eles é difícil. Também se aumentam os custos, tempos de viagem, insegurança e qualidade ambiental.

As condições não físicas de habitabilidade na escala da cidade são representadas através dos serviços ou atividades que oferece: a possibilidade de acesso à educação, recreação, saúde, oferta de emprego, segurança, mobilidade. De forma em que o indivíduo se sinta parte vivente e atuante do organismo cidadão, tendo suas necessidades básicas atendidas.

Por outro lado, a condição física é evidente no acesso e uso de espaços físicos como parques, praças, ruas, equipamentos urbanos, transporte, moradia. Algo que deve ser levado em consideração de forma adicional é que a cidade também permite a construção de uma identidade cultural e uma apropriação nele. Estes são fatores que afetam diretamente a habitabilidade, mas não podem ser classificados diretamente como serviços, atividades ou espaços físicos.

2.1.1.2 A segunda escala: o bairro.

O bairro é uma unidade de atuação urbana, subdivisão territorial dentro da cidade que o contém. Para entender a habitabilidade de um bairro, deve-se começar primeiro a entender a própria lógica em que se relaciona com a cidade (vínculo “externo”¹) e segundo, para entender a lógica do seu funcionamento interno. Seria um grande erro generalizar ao dizer que um bairro funciona (internamente ou externamente) do mesmo modo que outro.

Em termos do vínculo externo, o bairro é fundamental na construção da habitabilidade porque é definido como uma escala intermediária entre a cidade e a habitação. Como intermediário, busca resolver os mecanismos de troca de um para o outro. Os aspectos de habitabilidade mais comuns nessa escala ficam evidentes nas infraestruturas de transporte e mobilidade, conexão a serviços públicos, qualidade ambiental do entorno imediato.

Em termos de funcionamento interno, o bairro gera os marcos de interação social básicos para estabelecer os laços de ajuda mútua e as condições para o desenvolvimento da vida cultural e econômica das pessoas. Os principais indicativos intangíveis de habitabilidade nesta escala são dados pelos laços comunitários: a vizinhança, o coleguismo, a fraternidade. No entanto, esses fatores intangíveis não poderiam existir sem um espaço que os promova, é por isso que os aspectos

¹ Verifica-se aqui como vínculo externo a relação bairro-cidade, que apesar de parte pertencente do ambiente de cidade, diferencia-se da lógica de funcionamento e vivência interna de um bairro.

tangíveis, como a rua, a calçada, o parque, a praça, a escola, a igreja, o mercado, devem dar suporte, especialmente falando, à vida diária do bairro. A habitabilidade dependerá então da qualidade e da intensidade da vivência, uma vez que apoia a busca de objetivos variados e o bem comum: do desenvolvimento lúdico e recreativo ao desenvolvimento cultural e econômico.

Outros aspectos que devem ser levados em consideração na construção da habitabilidade do bairro são: o uso do solo, a manutenção de infraestrutura e equipamentos (principalmente públicos), iluminação, abastecimento de água, eletricidade, esgoto, segurança, risco de inundação, risco de deslizamento de terra, contaminação visual, auditiva ou olfativa.

Esses aspectos ditos acima, se referem a todo o aporte físico necessário para a manutenção de uma moradia salubre e com boas condições de ser habitada.

2.1.1.3 A terceira escala: a habitação.

A habitação é a forma mais básica de habitabilidade e, devido à sua importância, muitas vezes, reduz-se a ela o esforço para melhorar suas condições. Nos parágrafos anteriores, destacou-se a importância dos níveis intermediários e de cidade, no entanto, devido ao seu papel na vida privada e familiar, as condições adequadas de uma moradia são definitivas na qualidade de vida das pessoas. (CARMONA, 2009)

No caso da habitação, é necessário dizer que, como o bairro, também funciona de duas maneiras: de forma externa através das ligações que permitem a socialização do bairro e de forma interior, que se sustenta na vida familiar.

Os principais aspectos não físicos de habitabilidade são dados através de laços afetivos, criando condições como: os sentimentos de lar, intimidade, segurança e apropriação. No entanto, há também outros que não dependem necessariamente da família, como conforto, saneamento, acessibilidade, etc.

Os fatores tangíveis de habitabilidade ocorrem principalmente a partir das condições materiais: qualidade construtiva, dimensões espaciais, acessibilidade (mobilidade), flexibilidade, estabilidade do solo, localização da moradia (susceptibilidade a desastres de natureza geológica, como deslizamentos de terra), distância entre casas vizinhas

(circulação), contaminação visual, auditiva ou olfativa, móveis, número de pavimentos, ventilação, luz solar, equipamentos de cozinha ou uso doméstico.

2.1.1.4 A habitabilidade do indivíduo

Como um conceito complementar, pode-se definir uma quarta escala de habitabilidade: a do indivíduo. De acordo com Abraham Maslow, o sujeito em sua constante relação com o espaço em que vive, enfrenta a busca da sua satisfação pessoal em diferentes necessidades que são classificadas em cinco categorias, sintetizadas em esquema piramidal (Figura 1). Começando pelas necessidades que correspondem ao mundo objetivo, progredindo gradualmente para as necessidades do mundo subjetivo da seguinte forma: Necessidades fisiológicas, necessidades de saúde e segurança, necessidades sociais, necessidades status ou estima e necessidades de autorrealização.



De acordo com a Pirâmide da Hierarquia de Necessidades de Maslow, as Necessidades Fisiológicas básicas são as primeiras a serem supridas e estão na base da pirâmide. Este é o grupo de necessidades que Maslow considera serem orgânicas e bastante ligados a instintos animais, com cunho fisiológico e de sobrevivência. Este nível é estimulado por comportamentos que estão ligados ao verbo “ter”, sendo alguns exemplos de necessidades pertencentes a esta categoria são a alimentação (água e comida), a respiração, a reprodução, o descanso, o abrigo, a vestimenta.

Em seguida temos as necessidades de segurança. Essas necessidades surgirão junto com a consciência humana, pois o homem ao entender que fazia parte de um todo e ao tomar consciência de suas necessidades para sobrevivência em um determinado ambiente, pôde identificar situações e objetos que trariam algum tipo de risco a sua vida e assim criar a noção de “algo seguro”. Este é o grupo de necessidades que Maslow considera como a segunda mais elementar. Referem-se à estabilidade ou manutenção do que se tem, seja segurança da vida, de objetos ou de conhecimento. Dentre as necessidades de segurança, servem como exemplo: a segurança física pessoal, a segurança financeira, a saúde e bem-estar e estar protegido contra imprevistos. Morar em Condomínios Fechados, para alguns níveis socioeconômicos, é uma necessidade básica de segurança, por exemplo.

A base da pirâmide, as necessidades fisiológicas, de saúde e de segurança, configuram o bloco de necessidades que dependem da materialidade, dos espaços tangíveis. Desde que este primeiro bloco esteja garantido, seja por iniciativa do indivíduo ou intervenção/projeto urbano ou arquitetônico, diz Maslow, o indivíduo é motivado a atender às necessidades seguintes do esquema da pirâmide, de modo que ele constitui e modifica diretamente as condições de habitabilidade. (MASLOW, 1975)

Aparecendo no terceiro “degrau” ao “subir” na pirâmide, após as necessidades fisiológicas e de segurança serem atendidas, aparecem as Necessidades Sociais ou Necessidades de Associação. Esse tipo de necessidade é aquela associada aos fatores que um indivíduo precisa ter para viver em sociedade, ou seja, ligado a termos sociais e aspectos relacionados à emoção do indivíduo. Faz parte da existência humana se sentir aceito e fazer parte de uma ou mais comunidades. Servem como exemplo dessas necessidades: a amizade, a relação de confiança no outro (como com os amigos íntimos e mentores), a convivência social, a noção de família e laços sanguíneos, pertencimento a alguma organização social (como os clubes, igrejas, entidades de classe, torcidas de futebol, grupos de estudo, estilos musicais, estilos de vida), entre outros aspectos sociais.

As necessidades sociais estão no meio da pirâmide, que as inscreve igualmente nas condições objetivas e subjetivas. Refere-se, portanto, “ao ambiente urbano que deve permitir contato, relacionamento social, amizade e a associação” (OLMOS, 2008).

Essas condições coincidem diretamente com os aspectos providos pela escala de bairro, como trazida anteriormente.

Tais necessidades exigem pensamento preliminar desde o projeto quanto à infraestrutura, serviços urbanos e espaço público, um fator decisivo que, em seu processo de formulação, deve incluir a diversidade de usos e a variedade de espaços para atender às necessidades dos indivíduos que compõem o grupo social em que está intervindo. É assim, nesse sentido, que a participação dos cidadãos nos processos arquitetônicos torna-se importante para alcançar uma abordagem precisa para a satisfação das necessidades e para avançar na busca do bem-estar, entendido como o conjunto de necessidades atendidas por dispositivos satisfatórios.

Em quarto lugar na pirâmide estão as necessidades de estima. Para suprir essas necessidades o ser humano passa a perseguir o seu respeito na sociedade em que vive, buscando melhorar a sua autoestima e o seu respeito próprio. As necessidades de estima simbolizam o desejo humano de ser aceito e valorizado por si e pelos outros dentro de sua comunidade. Note que neste caso, ao contrário do que acontece nas necessidades de Associação, o indivíduo não está em busca apenas de uma aceitação do grupo em que está ou quer se inserir, e sim à procura do reconhecimento pessoal e do grupo, demonstrando da sua importância dentro dele. Além de ser aceito, quer ser reconhecido.

Aparecendo no topo da pirâmide e como a última necessidade a ser suprida, está a necessidade de auto realização. Este tipo de necessidade pode ser considerado como a motivação maior e a única que de fato é satisfatória para a natureza humana, a mais afastada das necessidades instintivas dos animais. Na necessidade de auto realização a motivação é vista como impulso para o indivíduo realizar o seu potencial máximo, visando se tornar aquilo que ele pode ser e explorando todas as suas possibilidades. É nesta fase que o julgamento da comunidade passa a ser menos imperativo e surge a expressão individual, o caráter de liderança e a satisfação plena com a vida.

Esses dispositivos satisfatórios são determinados culturalmente e variam de acordo com as normas e valores que existem em um determinado sistema sócio-espacial e em um determinado momento. O nível de satisfação que ele consegue depende das diferentes formas de percepção e avaliação que o indivíduo ou a sociedade tem do espaço que habitam, ou seja, o habitat onde se desenvolve. Portanto, as

necessidades são geralmente as mesmas, mas os fatores de satisfação são variáveis e para que haja bem-estar habitacional e social, as necessidades devem ser atendidas, o que gerará qualidade de vida. A relação entre as satisfações obtidas e o grau de bem-estar, então é diretamente proporcional: propiciar a habitabilidade urbana na medida em que se é definido o uso, posse e viver no espaço, com qualidades de permeabilidade, vitalidade, variedade, legibilidade e robustez (BENTLEY, 1985).

A habitabilidade urbana trata de questões relacionadas com a acessibilidade aos serviços urbanos, ao pertencimento ao território urbano, direito à cidade, inclusão social da população dentro de uma comunidade e da cidade.

“O conceito de habitabilidade urbana traria com questão central à preocupação de inserção da unidade habitacional no espaço urbano seja pela ligação dessa unidade na rede de infraestrutura básica urbana e com os serviços e equipamentos públicos ou pela questão social de inclusão.

Dessa forma, transformando a unidade habitacional em elo de ligação (no sentido de pertencimento entre a coletividade e o território urbano ao qual estaria inserido geograficamente) (COHEN, 2004, p.105).”

A habitação deve ter acesso aos serviços urbanos de infraestrutura e equipamentos urbanos e estar inserida na malha-urbana. Nas palavras de Cohen (2004, p.122), "habitabilidade urbana – se referiria a condição da unidade habitacional estar ligada à infraestrutura urbana básica e de serviços e se sentir inserida ou pertencente ao tecido urbano".

Existem inúmeros estudos realizados que buscaram avaliar as condições de habitabilidade dos ambientes, porém esses são limitados quanto a sua conceituação e os fatores que a determinam. Algumas pesquisas focam nos aspectos sociais e comportamentais. Já outras, apenas os aspectos econômicos e políticos. Alguns outros ainda focam em aspectos de desenho e concepção arquitetônicos. No entanto, encontram-se poucos materiais que sintetizam todos esses vários aspectos, promovendo sua inter-relação.

Atualmente, a maioria das referências sobre estudos de habitabilidade diz respeito à avaliação de habitação de interesse social – quase todas, na direção estabelecida pelos autores acima citados que consideram a opinião do usuário. No entanto, se observou que estes métodos podem ser utilizados em análises urbanas mais amplas, servindo como orientadores dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, a partir do qual seja possível entender as relações complexas entre os domínios, os

fatores e os atributos que compõem a qualidade do espaço urbano em termos de habitabilidade.

Baseado no que foi dito anteriormente, conclui-se que a habitabilidade urbana, concebida da forma como é conceituada, é uma questão pouco discutida. Mas, o estudo desta área pode contribuir altamente como instrumento de gestão de espaços construídos, abordando as mais diversas esferas como a saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável local.

2.2 BUEN VIVIR

Enraizada na cosmovisão (ou visão de mundo) dos povos quéchua dos Andes, o *sumak kawsay* - ou *buen vivir*, em espanhol - descreve uma maneira de fazer as coisas centradas na comunidade, ecologicamente equilibradas e culturalmente sensíveis. Visa construir uma nova forma de convivência pública, baseado na diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar a boa maneira de viver, diferente do modelo hegemônico altamente propagado nos dias de hoje.

Para Quiroga (2009, p. 104-105):

“O Sumak Kawsay em sua tradução literal do quéchua significa boa vida ou bem viver. Este conceito vem e está em sintonia com as culturas indígenas andinas da América do Sul. Propõe uma cosmovisão de harmonia das comunidades humanas com a natureza, na qual o ser humano faz parte de uma comunidade de pessoas que, por sua vez, é um elemento constituinte da mesma Pachamama, ou mãe Terra. O Sumak Kawsay praticado pelas comunidades indígenas baseia-se em um modo de vida em que as pessoas, que fazem parte da natureza, vivem sob os princípios milenares e fundamentais que determinam que "somente o necessário é tirado da natureza", com uma clara vocação para durar. Isso é evidente no uso de plantas e animais nos ecossistemas para atender às suas necessidades de alimentos, habitat, saúde, mobilidade, entre outros.”

Uma característica definidora do *buen vivir* é a harmonia entre seres humanos, e também entre seres humanos e a natureza. Aborda o senso do coletivo, ao contrário do capitalismo, que é um grande promotor dos direitos individuais: o direito de possuir, vender, manter, ter, etc.

Atualmente, o Buen Vivir é um princípio das novas constituições no âmbito da consolidação dos Estados Plurinacionais², bem como é vislumbrado como uma “alternativa” e oportunidade de construção coletiva da forma de vida (novo paradigma holístico). Para sua concretização necessário se faz o diálogo permanente e construtivo com outros saberes. Ademais é um conceito em construção e que tem se irradiado e repercutido em várias discussões sobre alternativas ao crescimento econômico, ao capitalismo e ao consumismo. Os mesmos são produtos do paradigma ocidental, e em certa medida, são as causas da crise econômica, social e política na qual o mundo vem passando.

De acordo com o buen vivir, os seres humanos nunca são proprietários da terra e seus recursos, apenas usuários. Isso joga contra a ideia de capital natural, agora utilizada amplamente nos círculos empresariais. Os serviços ecossistêmicos, por exemplo, onde um valor monetário é dado a bens ambientais, como a provisão de água de rios ou sequestro de carbono das florestas, é altamente condenável. Um paralelo mais preciso para o buen vivir pode ser o consumo colaborativo e a economia de compartilhamento, duas ideias relacionadas que estão ganhando força globalmente.

Nas palavras do teólogo Leonardo BOFF, 2009

“O Buen Vivir aponta uma ética do suficiente para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo. O Buen Vivir supõe uma visão holística e integradora do ser humano, imerso na grande comunidade terrena que inclui, além do ser humano, o ar, a água, o solo, as montanhas, as árvores e os animais; é estar em profunda comunhão com Pachamama (a Terra), com as energias do universo e com Deus. O ‘buen vivir’ nos convida a não consumir mais do que o ecossistema pode suportar, para evitar a produção de resíduos que não podem absorver com segurança e nos encoraja a reutilizar e reciclar tudo o que usamos. Será um consumo reciclável e econômico. Então não haverá escassez.”

Buen Vivir é viver em igualdade e justiça. Onde não haja explorados e nem exploradores, onde não haja nem excluídos nem quem excluía. É viver em comunidade, em coletividade, em reciprocidade e, especialmente em complementariedade. “Buen Vivir” é sinónimo de viver em harmonia, equilíbrio, igualdade de oportunidades, equidade social, de gênero e de distribuições dos bens.

² Conceito no qual se pauta os países andinos reconhecendo sua ancestralidade formadora com base nas múltiplas nacionalidades indígenas possíveis.

O Buen Vivir é uma proposta alternativa ao desenvolvimento pregado pelo capitalismo, se convertendo em um processo coletivo de decisão e ação da sociedade como sujeito ativo, em harmonia com a natureza e em comunidade com os seres humanos.

O valor básico da economia, em um regime de Buen Vivir, é a solidariedade. Portanto, busca-se uma economia diferente da atual. Uma economia solidária deve passar longe da competição livre que incentiva o canibalismo econômico entre os seres humanos e que alimenta a especulação financeira. Esse tipo de economia exige relações de produção, de intercâmbio e de colaboração que propiciem a suficiência (mais do que apenas a eficiência) e a qualidade, apoiadas na reciprocidade.

Em suma, o buen vivir é outra maneira de ver o mundo, de compreender a história, os modos de produção, mas também nos permite reescrever a história de forma coletiva e plural focada no bem viver. Pensar o desenvolvimento voltado para o humano e não em mero desenvolvimento econômico para poucos. Pautar pela articulação entre a multiplicidade de culturas e novas relações com a natureza. Uma orientação para construir coletivamente estilos diferentes e alternativos de progresso materiais.

No habitar, a abordagem cultural assume um papel fundamental porque envolve a questão da identidade e do reconhecimento de um lugar dentro de um sistema cultural. Através desta pesquisa se investe na definição de parâmetros de habitabilidade locais adequados a um desenvolvimento onde a questão pessoal/cultural seja requisito fundamental para caracterizá-lo como sustentável (no sentido de ser adequado e durável). Uma dimensão cultural que aborde essencialmente o habitante e o seu “estar no mundo” - na cidade -, o cidadão na sua relação funcional e simbólica com o espaço urbano.

2.3 QUALIDADE DE VIDA

A definição de qualidade de vida, no uso cotidiano, apresenta-se tanto de forma global enfatizando a satisfação geral com a vida, como focando componentes específicos próximos ao conceito geral. A forma como é abordada e os indicadores adotados estão diretamente ligados aos interesses de cada abordagem, seja, por exemplo, jornalística, de pesquisa ou mercadológica. Dependendo do interesse o conceito pode ser adotado como sinônimo de saúde, felicidade e satisfação pessoal, condições de

vida, estilo de vida (NAHAS, 2003); e seus indicadores vão desde a renda até a satisfação com determinados aspectos da vida.

A crescente preocupação com questões relacionadas à qualidade de vida vem no sentido de valorizar parâmetros mais amplos do que o controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou o aumento da expectativa de vida. A qualidade de vida passou de uma abordagem mais centrada na saúde, para um conceito abrangente em que as condições e estilo de vida constituem aspectos a serem considerados (ALMEIDA-GUTIERREZ, 2004).

Na compreensão do Grupo de Estudo e Pesquisa da Atividade Física e Qualidade de Vida (FEF-UNICAMP, 2011), a qualidade de vida é considerada como a percepção do indivíduo de sua posição no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações, até a dimensão ética e política.

Em uma tentativa de análise da qualidade de vida de forma mais ampla, saindo principalmente do reducionismo biomédico, MINAYO et al. (2000) aborda qualidade de vida como uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal) e também objetivos, cujas referências são a satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade. Essa ideia se aproxima muito dos preceitos trazidos pelo bem-viver, um dos pontos centrais do presente trabalho.

A abordagem psicológica busca indicadores que tratam das reações subjetivas de um indivíduo às suas vivências, dependendo assim, primeiramente da experiência direta da pessoa cuja qualidade de vida está sendo avaliada e indica como os povos percebem suas próprias vidas, felicidade, satisfação. O fato das abordagens psicológicas considerarem qualidade de vida, somente enquanto um aspecto subjetivo à pessoa, desconsiderando o contexto ambiental em que está inserida, é a principal limitação dessa linha de pensamento.

De acordo com DAY e JANKEY (1996), para os pesquisadores da abordagem psicológica, os indicadores sociais ou objetivos são limitados e serviriam como indicadores indiretos de qualidade de vida. Qualidade de vida deveria, então, ser analisada considerando a vida atual e um padrão a ser comparado, conforme

apresentam DAY e JANKEY (2006). Esta abordagem combinou múltiplos aspectos de seis dimensões de análise:

A primeira dimensão refere-se a um objetivo-realização e se relaciona às questões entre o que se tem e o que se quer ter.

Um segundo aspecto da teoria analisa o que os povos realmente consideraram ser o seu ideal real de vida.

Um terceiro tipo envolve a relação percebida entre as circunstâncias atuais e o que se espera se tornar.

Um quarto tipo inclui a relação percebida entre qualidade de vida atual e a melhor qualidade de vida que já se teve no passado.

Um quinto sugere que uma questão importante a ser analisada é o que é possuído por uma pessoa e pelo grupo de referência

E por último, a sexta considera importante buscar esclarecer o quão bom é o ajuste da pessoa no ambiente em que se está inserido.

Os parâmetros de análise mais complexos ficam vinculados à ideia do ser, pertencer e transformar. O ser são as habilidades individuais, inteligência, valores, experiências de vida. O pertencer trata das ligações que a pessoa possui, as escolhas, assim como da participação de grupos, inclusão em programas recreativos, serviços sociais. O transformar remete à prática de atividades como trabalho voluntário, programas educacionais, participação em atividades relaxantes, oportunidade de desenvolvimento das habilidades em estudos formais e não formais, dentre outros.

Esses componentes apresentam uma organização dinâmica entre si, consideram tanto a pessoa como o ambiente, assim como as oportunidades e os obstáculos. Gutierrez e Almeida (2007) abordam ainda que a noção de qualidade de vida tem, nas relações pessoais, referências como: (a) o desenvolvimento econômico, social e tecnológico da sociedade; (b) valores, necessidades e tradições; (c) estratificações.

Qualidade de vida inclui desde fatores relacionados à saúde como bem-estar físico, funcional, emocional e mental, até elementos importantes da vida das pessoas como trabalho, família, amigos, e outras circunstâncias do cotidiano. Conforme sugere a Organização Mundial da Saúde – OMS (1998) reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas ou, ainda, que lhes estão sendo

negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a autorrealização, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas. Determinados aspectos da nossa vida como a felicidade, amor e liberdade, mesmo expressando sentimentos e valores difíceis de serem compreendidos, não podem ser questionados quanto à sua relevância.

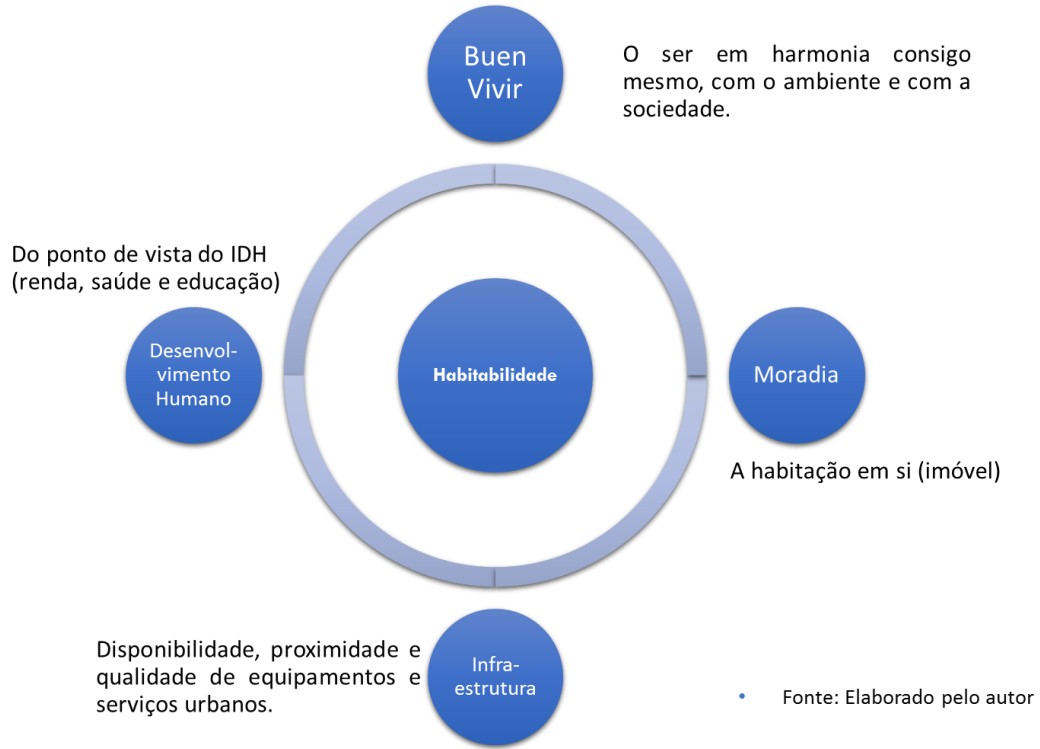
Já o WHOQOL foi desenvolvido pelo grupo chamado World Health Organization Quality of Life, foi traduzido e validado para o Brasil por um grupo de pesquisadores na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem por objetivo avaliar a qualidade de vida geral das pessoas em diferentes culturas. Foram validadas duas versões do instrumento: a versão longa – “WHOQOL-100” – FLECK et al. (1999) considera 6 domínios para análise: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, ambiente e aspectos espirituais/religião/ crenças pessoais).

A versão curta – “WHOQOL Brief” – FLECK et al. (2000), considera 4 domínios (físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente) para análise da qualidade de vida. O WHOQOL apresenta a vantagem de permitir a comparação de seus resultados entre diferentes populações e apresentar uma abordagem multicultural.

Instrumentos como o WHOQOL apresentam vantagens também por que já tiveram sua validade e qualidade psicométrica atestada, além de permitir a comparação com outros estudos.

Uma das formas mais tradicionais de se avaliar qualidade de vida em grandes populações é através do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. De acordo com relatório divulgado no ano de 2006, pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, o Brasil melhorou o seu IDH, mas caiu uma posição no ranking mundial de 68º para 69º, numa lista de 177 países e territórios. O Índice utilizou quatro indicadores: PIB (Produto Interno Bruto) per capita, expectativa de vida, taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais e a taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino (relação entre a população em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior).

Para sintetizar o que foi dito nesse capítulo, organizou-se o seguinte infográfico reunindo os critérios necessários para que o conceito de habitabilidade seja satisfeito:



Fonte: Elaborado pelo autor. 2017

3. ESTUDO DOS INDICADORES EXISTENTES

A determinação do nível de desenvolvimento de uma região pode ser feita por meio da avaliação de um conjunto de características quantitativas e qualitativas, denominadas indicadores. Segundo Herculano (2000), o uso de indicadores auxilia nas comparações entre dois ou mais objetos de estudo, em virtude das informações condensadas, simplificadas e quantificadas que fazem parte de sua composição. Essas informações, por sua vez, podem ser de natureza econômica (quantitativa) ou social (qualitativa).

Os indicadores econômicos são constituídos de dados estatísticos capazes de oferecer uma ideia sobre o estado de uma determinada economia em um certo período ou data, sendo passíveis de mudanças e oscilações (SANDRONI, 2001). Já os indicadores sociais são dados construídos com base em observações, referentes a aspectos da vida social ou a mudanças nela ocorridas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1975).

Como indicadores de natureza econômica, têm-se o Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Nacional Líquido (PNL). Já como indicadores sociais têm-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Liberdade Humana (ILH), o Índice de Liberdade Política (ILP) e o Índice de Pobreza Humana (IPH), dentre outros.

A descrença no fato de que o crescimento econômico levaria ao bem-estar de toda população começou a emergir a partir da década de 1960, fazendo com que diversas organizações mundiais e regionais – como a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos especializados, o Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon), a Comunidade Econômica Europeia (CEE), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Instituto Interamericano de Estatística (ISI) – comessem a criar novos mecanismos de medição, os chamados indicadores sociais (SANTAGADA, 2007; HIRATA, 2004).

No Brasil, apenas a partir de 1964 é que começou a se pensar um pouco mais no aspecto social em âmbito governamental. Porém, os resultados não foram tão efetivos por falta de sustentação política (uma vez que, na época, havia uma identificação do controle social por meio do planejamento social). Dessa forma, o uso de indicadores sociais como instrumento de planejamento no país, só recebeu atenção a partir de

1975, quando o termo “indicadores sociais” aparece oficialmente pela primeira vez (SANTAGADA, 2007).

3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO E OUTROS INDICADORES ECONÔMICOS

Segundo Mankiw (1999) o PIB “é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período de tempo”. Como índice de riqueza, mede tanto a renda total da economia quanto a despesa total com bens e serviços, contudo sua validade como indicador de bem-estar é intensamente contestada.

Nesse sentido, o PIB não se caracteriza como um indicador perfeito de bem-estar, pois não contempla alguns fatores que contribuem para uma vida satisfatória, como o lazer. Conforme acrescenta Leamer (2009), o PIB não é felicidade, mas, mesmo limitado a seu domínio material, exclui-se muita coisa que é valiosa e coloca muito do que realmente é indesejado.

Imagine, por exemplo, que o governo eliminasse toda a regulamentação ambiental; dessa forma, as empresas poderiam produzir mais bens e serviços sem levar em consideração a poluição que criariam, logo, o PIB cresceria. Entretanto, a deterioração na qualidade do ar e da água e a grande produção de resíduos mais do que compensaria negativamente o suposto ganho de bem-estar, em virtude da maior produção.

“Por nos concentrarmos nas meras estatísticas do PIB e de outros indicadores monetários convencionais, nós falhamos na distinção entre os aspectos qualitativos do crescimento; crescimento saudável e não saudável, crescimento temporário ou sustentável. Nós não questionamos qual crescimento é realmente necessário, o que realmente é necessário para melhorar a nossa qualidade de vida” (TIDEMAN, 2004, p. 228).

Somam-se a isso as limitações relacionadas a outros aspectos não incluídos no indicador, como capital intangível (inclusive o capital humano), lazer, distribuição de renda, custos do desemprego, economia informal, voluntariado, segurança nacional, liberdade e democracia, qualidade dos serviços públicos (como educação e saúde), dentre outros (BATES, 2009).

Ainda assim, como afirma Leamer (2009), certo ou errado, isso se tornou o padrão pelo qual se mede o tamanho e a saúde de um país, sendo que o crescimento negativo do PIB deve ser observado atentamente, pois significa um sintoma importante de doença econômica. Corroborando, Bates (2009) advoga que, embora limitados, os

resultados do PIB não são tão enganosos a ponto de precisarem ser abolidos, mas que, pelo contrário, oferecem informações importantes sobre as nações.

Além do PIB, outros indicadores econômicos são comumente utilizados pelas nações como, por exemplo, o PNB – que representa a soma de todos os bens e serviços produzidos pelos residentes fixos de uma nação, normalmente em um ano. A partir do cálculo desse indicador, torna-se possível obter o PNL, que corresponde à renda total dos residentes de uma nação, descontando-se as perdas com depreciação, ou seja, o PNL corresponde ao PNB descontado da depreciação do capital (MANKIW, 1999).

Conforme supramencionado, o uso exclusivo desses índices, puramente quantitativos, como referência para a avaliação do desempenho de determinada região, levou a um descontentamento generalizado, haja vista a omissão de dimensões qualitativas, como o bem-estar, o sentimento de pertencimento à uma vizinhança, os critérios trazidos pelo bem-viver, etc. Este movimento implicou na ascensão de novos olhares e reflexões sobre o assunto, dos quais emanaram tentativas de aperfeiçoamento e aproximação com a realidade. Nesse contexto, emergem os indicadores sociais, que visam à superação das limitações intrínsecas aos indicadores econômicos.

3.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E OUTROS INDICADORES SOCIAIS

O IDH foi criado em 1990, pela ONU, e preparado pelo PNUD para ser publicado anualmente no RDH. Nele, foram abarcadas as dimensões longevidade, educação e renda (SANTAGADA, 2007). “Tratava-se de se ater a aspectos de fácil mensuração e que refletiriam a efetiva boa consequência do desenvolvimento na vida das pessoas” (HERCULANO, 2000, p. 15).

Desde então, o IDH vem sendo amplamente utilizado, ainda que de forma crítica, por diferentes países, sendo sua conceituação de desenvolvimento humano constantemente reformulada e ampliada pelo PNUD/ONU. Por meio do IDH é possível comparar estágios de bem-estar e, desse modo, propor melhorias, garantindo os direitos de cidadania, de forma ampla e universal (SANTAGADA, 2007).

Entretanto, ainda que o IDH represente um instrumento que veio para extrapolar as análises economicistas baseadas somente no desempenho econômico

(SANTAGADA, 2007), deve-se ter cautela ao analisar esse indicador de forma desconexa com a realidade local, uma vez que as limitações inerentes ao instrumento podem mascarar o que, de fato, acontece. Assim, apesar de muito utilizado, esse indicador possui certa limitação para medir, de forma efetiva, a qualidade de vida, pois, além de não tratar da dimensão ambiental em seu cálculo, ele não mensura outros aspectos que influenciam diretamente na qualidade de vida de uma população, tais como saúde mental, integração social e cultura (HERCULANO, 2000). Para Hirata (2004) as limitações persistem porque os indicadores permanecem com uma visão unidimensional (utilitária) de bom desenvolvimento.

Outros indicadores, além do IDH, também se destinam a medir o nível de desenvolvimento social de determinada região. O Índice de Liberdade Humana (ILH), por exemplo, foi criado em 1991 pelo PNUD/ONU para que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras convenções internacionais, classificasse os países em relação ao nível de liberdade de sua população. Em 1992, foi criado pelo mesmo programa o Índice de Liberdade Política (ILP), com o intuito de medir os direitos políticos e as liberdades civis por meio do agrupamento das categorias segurança, império das leis, liberdade de expressão, participação política e igualdade de oportunidades.

Ajustado ao Sexo (IDS) e a Medida da Participação Ajustada ao Sexo (MPS), ambos com vistas a medir, por meio de indicadores, as diferenças existentes entre homens e mulheres, servindo como suporte para políticas públicas futuras. Já em 2007, é lançado pelo PNUD o Índice de Pobreza Humana, que tem como foco as condições de pobreza e o desenvolvimento dos indivíduos mais pobres da sociedade (SANTAGADA, 2007).

Percebe-se que a grande variedade de indicadores, sejam eles de natureza econômica ou social, se justifica pela complexidade de se determinar o desempenho de uma região bem como a qualidade de vida de seus residentes, visto a ampla gama de fatores envolvidos. Encontrar uma forma de reunir, senão todos, o maior número possível desses fatores em um único indicador, representa um grande desafio para pesquisadores e estudiosos do assunto. Nesse cenário, emerge a ideia de Felicidade Interna Bruta, um índice inovador que vem ganhando destaque na literatura econômica como uma nova maneira de se aferir o bem-estar de uma população a partir de sua felicidade.

3.3 FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)

O termo “Felicidade Interna Bruta (FIB)” ou “*Gross National Happiness*”, em inglês, foi criado em 1972 pelo quarto “Rei Dragão” do Butão, Jigme Singye Wangchuck, que inseriu o Butão na era da modernização logo após a morte de seu pai, Jigme Dorji Wangchuk. Ele usou essa frase para sinalizar seu compromisso de construir uma economia que sirva a cultura única do Butão baseada em valores espirituais budistas.

A princípio, apresentado como uma observação casual, o conceito foi levado a sério, já que o Centro para Estudos do Butão, sob a liderança de Karma Ura, desenvolveu um instrumento de pesquisa sofisticado para medir o nível geral de bem-estar da população. Dois canadenses, Michael e Martha Pennock desempenharam um papel importante no desenvolvimento da pesquisa butanês. Eles desenvolveram uma versão internacional mais curta da pesquisa que tem sido usada em Victoria BC, sua região natal, bem como também no Brasil. Eles também colaboraram com Ura na produção de um método de pesquisa política que é usada pela Comissão do FIB Butanense para antecipar o impacto das iniciativas políticas sobre os níveis de FIB no Butão.

Como muitos indicadores psicológicos e sociais, o FIB é um pouco mais fácil de expor do que de definir com precisão matemática. No entanto, serve como uma visão unificadora para o processo de planejamento quinquenal do Butão e de todos os documentos de planejamento derivados que orientam os planos econômicos e de desenvolvimento do país. As políticas propostas no Butão devem passar por uma revisão do FIB com base em uma declaração de impacto do FIB que seja de natureza semelhante à Declaração de Impacto Ambiental requerida para o desenvolvimento nos EUA.

Ura et al. (2012) faz uma importante ressalva em relação ao conceito de felicidade para os orientais, que se distingue do conceito de felicidade dos ocidentais. Segundo os autores, a primeira diferença estaria relacionada ao caráter multidimensional do conceito para os orientais que, ao contrário dos ocidentais, não focariam apenas no bem-estar subjetivo do indivíduo. Além disso, o conceito oriental abarcaria, explicitamente, a responsabilidade e o respeito ao outro como motivadores de felicidade. Conforme declarado pelo primeiro ministro do Butão, a felicidade para os

orientais: “não pode existir enquanto outros sofrem, e só vem de servir os outros, vivendo em harmonia com a natureza, e percebendo a nossa sabedoria inata e da verdadeira natureza e brilhante de nossas próprias mentes” (THINLEY, 2009, p. 6).

Esse tipo de discrepância pode ser atribuído à influência do budismo sobre a cultura, os valores e, até mesmo, sobre a política butanesa. A esse respeito, Tideman (2004), faz uma interessante reflexão, afirmando ter partido do budismo o valor mais importante para a construção do conceito central do indicador FIB: o foco no bem-estar humano. Enquanto economistas ocidentais se preocupam com a eficiência econômica (aumento do consumo e aceleração do crescimento), os butaneses, baseados em valores budistas (como a harmonia entre aspectos materiais e espirituais), se voltam para a maximização da felicidade do povo.

O FIB baseia-se na premissa de que o cálculo da "riqueza" deve considerar outros aspectos além do desenvolvimento econômico: a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas. O objetivo de uma sociedade deve ser a integração do desenvolvimento material com aspectos psicológicos, culturais e espirituais, tudo em harmonia com a Terra.

Com vistas ao alcance do objetivo supracitado, foram definidas quatro áreas estratégicas, também denominadas pilares do FIB: 1. desenvolvimento socioeconômico sustentável e equitativo; 2. conservação ambiental; 3. preservação e promoção da cultura; e 4. boa governança.

Os quatro pilares são ainda articulados por nove domínios, todos com mesmo peso, formando a base do conceito FIB (URA et al., 2012). São eles:

1. Bem-estar psicológico: busca compreender como as pessoas percebem e avaliam suas vidas, tanto em relação a estados de bem-estar mental de longo prazo quanto em situações de humor momentâneas. No entendimento butanês, em uma sociedade em que o bem-estar é regularmente avaliado, as pessoas tendem a prestar mais atenção ao seu bem-estar e entender melhor as suas causas, fazendo com que a avaliação não seja positiva apenas *per se*, mas também pelas consequências benéficas que ela traz (ZANGMO, 2009).

2. Saúde: para a Organização Mundial de Saúde (1946) consiste em “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doenças ou enfermidades”. Para o índice FIB, no entanto, o conceito se limita à saúde física. Isso

porque as dimensões de saúde mental e social serão abarcadas em outros domínios, como o bem-estar psicológico, a vitalidade comunitária e o padrão de vida. O FIB considera que a felicidade é consequência de uma boa saúde. Apesar de serem coisas diferentes, a linha que os separa é bastante tênue, apresentando grande parte dos seus determinantes em comum. Por exemplo, assim como a renda, o nível educacional e a prática de atividades físicas podem contribuir para uma boa saúde, da mesma forma, podem contribuir para a felicidade do indivíduo. Não se sabe se uma boa saúde implica maior felicidade ou vice-versa, mas sabe-se que ambos são fatores intensamente associados (WANGDI, 2009). A proposta da FIB busca proporcionar aos indivíduos acesso à saúde de qualidade, ao mesmo tempo em que se preocupa com a medicina preventiva e com as atividades produtivas de saúde. Na prática, isso significa oferecer informações sobre como gerir e preservar a própria saúde, prevenindo doenças e mantendo o corpo em equilíbrio (ARRUDA, 2009).

3. Uso do tempo: o tempo pode ser considerado atualmente um recurso importante e escasso. Por isso, a forma como ele é utilizado e a maneira como é distribuído representa um fator de grande importância sobre a felicidade dos indivíduos. Assim, para o FIB, esse tipo de investigação viabiliza a obtenção de informações sobre o que as pessoas realmente fazem em suas vidas e a forma com que dividem o seu tempo entre o trabalho e a vida pessoal. Entende-se que, geralmente, os indivíduos que têm a carga horária de trabalho aumentada tendem a desequilibrar essa divisão do tempo. Tal fato, por sua vez, costuma ser motivado pelo desejo de ganhar mais dinheiro. Assim, essas pessoas acabam não tendo tempo para fazer as coisas que gostam, ficando menos felizes e mais estressadas (GALAY, 2009).

4. Educação: de forma distinta dos indicadores educacionais convencionais, o índice FIB “tenta avaliar os diferentes tipos de conhecimentos e habilidades que as pessoas adquiriram ao longo da vida, tais como história, cultura, cidadania, ecologia, conhecimento indígena, e as competências que são, na maioria das vezes, adquiridas informalmente” (WANGDI, 2009). O FIB entende que a educação é um atributo importante para o desenvolvimento de novos conhecimentos, para o aprendizado de valores e habilidades, além de despertar a criatividade, a sensibilidade cívica e melhorar o capital humano. O rei Jigme procurou dar ênfase a esse domínio por acreditar que um país onde a educação não fosse equitativa sempre seria um país desigual. Para ele, a ignorância faz surgir dominadores e dominados. Tideman (2004)

acrescenta que a educação é essencial para os seres humanos atingirem seu pleno potencial, tanto individual como coletivo. Também é preponderante na preservação do meio ambiente, da saúde, do desenvolvimento social, da participação do povo na economia nacional e ainda contribui para a redução significativa de conflitos, já que, a partir do momento em que as pessoas têm capacidade de argumentação e condições de reivindicar seus direitos de maneira civilizada, a guerra se faz desnecessária.

Uma educação abrangente, de qualidade e de longo alcance se mostra, portanto, de fundamental importância para a viabilização dos outros domínios do indicador FIB (ARRUDA, 2009; TIDEMAN, 2004; WANGDI, 2009).

5. Diversidade cultural e resiliência: sob o ponto de vista da ideologia FIB, a diversidade cultural representa o respeito de cada indivíduo às diferentes culturas coexistentes. Nesse sentido, a homogeneização e a incessante competição, típicas no capitalismo ocidental, são substituídas pelo princípio da “complementaridade do diverso” (ARRUDA, 2009, p. 6). Considerando que o ser humano precisa conviver em sociedade, a equidade diante das diversidades se faz necessária para que haja harmonia. Além disso, busca-se o que é chamado por Chopel (2009) de “resiliência cultural”, que representa a capacidade de as sociedades superarem desafios provenientes de outras normas e ideias em prol da preservação de sua identidade cultural. Segundo o autor, essa capacidade se faz positiva por proteger e fortalecer a soberania e a segurança do país, além de abrandar os impactos negativos da globalização.

6. Boa governança: ainda que não exista uma definição única para o termo, pode-se dizer que, para a FIB, a boa governança é a “sábia gestão do poder econômico e político de modo a garantir que a sociedade crie e preserve as condições materiais, sociais, culturais e ecológicas de viver em harmonia, alegria, paz e felicidade” (ARRUDA, 2009). Em termos gerais, a boa governança implica participação popular, Estado de direito, transparência, prestação de contas, prestação de serviços efetiva e equidade. Sendo assim, de acordo com os preceitos do FIB, a base do plano de ações elaborado por um governo deve obedecer às necessidades diretas de seu povo, que, por sua vez, tem o dever de fazer valer seus direitos, participando ativamente da vida política do seu país. Isso porque se torna muito difícil conseguir progressos governamentais significativos quando não se pode confiar nos chefes de Estado ou

mesmo quando os cidadãos se fazem omissos diante das dificuldades cotidianas. Deve-se ressaltar ainda que a boa governança particularmente permeia todos os outros domínios, fazendo com que os seus efeitos sobre a sociedade ocorram a partir do esforço cumulativo dos demais

7. Vitalidade comunitária: busca “examinar as interações e relações dentro e, até certo ponto, através das comunidades” (CHOPHEL, 2009). Entende-se que, enquanto seres sociais, os seres humanos precisam se relacionar e interagir com outros para serem felizes e até mesmo para sobreviver. A comunicação e a cooperação entre os sujeitos, por sua vez, seriam instrumentos para vitalizar as comunidades, e valores como cooperação, altruísmo recíproco, solidariedade consciente e amor, deveriam permear famílias e comunidades equilibradas e felizes. Por outro lado, a falta de laços sociais e afetivos pode levar à perda do valor da vida e o respeito a ela. Conforme destaca Arruda

(2009, p. 6), “a violência é uma expressão eloquente da carência de vitalidade comunitária, e do carinho, afeto e amor sem os quais o ser humano se desfigura, adocece, morre... ou passa a matar”.

8. Resiliência ecológica: uma vez que indicadores econômicos, como o PIB, se restringem à medição das riquezas de um país, sem se importar com a origem daquela opulência, o FIB vem trazer a ideia de sustentabilidade e cuidado com a natureza, ao considerar, em sua medição, a qualidade da água, do ar, das florestas e do planeta como um todo. Nesse sentido, questões sobre consciência e atitude ambiental, adentram os aspectos abordados pelo indicador, que entende que “o que fazemos contra a natureza fazemos contra nós mesmos” (ARRUDA, 2009, p. 5). Assim, o conceito de resiliência ecológica, que é, segundo Gunderson (2000), a forma como um sistema se recupera após um distúrbio, assume uma importância apreciável para o debate sobre felicidade, pois, ao recuperar e preservar a fonte de sustento de toda humanidade, garantir-se-á, por conseguinte, o futuro das próximas gerações, logo, a possibilidade da felicidade prolongada.

Pode-se dizer que o objetivo a ser atingido é o equilíbrio entre meio ambiente e padrão de vida, em especial no que tange a soberania e a segurança alimentar (ARRUDA, 2009).

9. Padrão de vida: “refere-se à base material do bem-estar, que se reflete no nível de consumo do indivíduo” (GALAY, 2009, p. 31). O padrão de vida de um indivíduo representa um fator importante na determinação do seu bem-estar ou felicidade e, por essa razão, recebe muita atenção de estudiosos e de governantes.

O FIB procura identificar o número de pessoas com padrão de vida considerado aceitável (cujas necessidades básicas são satisfeitas) e quais são as deficiências que ainda precisam ser atendidas por meio de políticas públicas e de atividades produtivas e distributivas. Faz-se importante ressaltar que, diferentemente de abordagens economicistas que utilizam a renda real como referência para medição do padrão de vida, a ideologia FIB abarca tanto a renda monetária quanto a não monetária (ARRUDA, 2009; GALAY, 2009).

Percebe-se, dessa forma, como o índice FIB se difere dos demais indicadores e, ao mesmo tempo, o quão inovador ele é. Ele representa uma forma alternativa para avaliação do desenvolvimento de uma nação, que rompe com a visão unidimensional dos indicadores anteriores, ao propor um equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais, sociais e humanos para efetivação de um bom desenvolvimento

Neste nível de generalidade, o conceito de FIB é transcultural - uma nação não precisa ser budista para valorizar o desenvolvimento sustentável, a integridade cultural, a conservação do ecossistema e a boa governança.

Em geral, a Felicidade Interna Bruta pode ser uma ferramenta eficaz para desenvolver políticas, visando maximizar o grau de serviços para o bem comum, com indicadores específicos nas quatro plataformas mencionadas anteriormente. A felicidade não deve ser entendida como euforia, excitação, mas sim como equanimidade, justiça social, igualdade, bem comum, entre outros nesse sentido.

Sendo assim, em síntese, a base Butanesa sugere que o desenvolvimento da sociedade humana ocorre quando o desenvolvimento material e espiritual ocorre lado a lado para complementar e reforçar-se mutuamente.

4. CONSTRUINDO E APERFEIÇOANDO INDICADORES DE HABITABILIDADE URBANA

Historicamente, os indicadores começaram a ser usados em escala mundial em 1947, quando se disseminou a medição do Produto Interno Bruto (GNP - "Gross Domestic Product") como indicador de progresso econômico. Em meados da década de 60, os indicadores sociais foram inaugurados, substituindo a mera ênfase no crescimento econômico por novos conceitos: "necessidades básicas", "self-reliance", "crescimento com equidade", "grass-root development", "participatory development", "empowerment". Alguns deles até de difícil tradução entre nós, tão distante é a nossa realidade destas orientações, tal como "self-reliance" (autonomia), "grass-root" (comunidades e associações de base, locais) e "empowerment" (fortalecimento das associações de base, dos movimentos sociais).

Dentro da temática do desenvolvimento, é bastante debatida nas publicações acerca da temática, a ineficácia dos indicadores tradicionalmente usados na tentativa de mensurá-lo, sendo a maior crítica a que aponta a ineficácia de se quantificar o PIB per capita sem se ter a noção da real distribuição de renda. A própria metodologia de mensuração do PIB é inadequada, pois pode contabilizar como atividades econômicas ações na verdade destrutivas, como desmatamentos e demolições e até mesmo imorais, como as empresas de prostituição e de tráfico de crianças. Em termos internacionais, o PIB per capita também pouco indica: segundo Sen (1985), Índia e China, por exemplo, são países próximos em termos de PIB per capita, mas muito diferentes em termos de capacitação de sobrevivência e de educação.

Em 1990 a ONU, dando-se conta do caráter restritivo do PIB, deu início a medição de um desenvolvimento humano, através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano/HDI), que sintetiza quatro indicadores (expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB/capita) e dispõe os cerca de 160 países em um ranking. Tratava-se de se ater a aspectos de fácil mensuração e que refletiriam a efetiva boa consequência do desenvolvimento na vida das pessoas. Seus pressupostos são: quanto maior a instrução, maior a informação e a predisposição para a ação positiva; quanto mais universalmente distribuída a educação, menos concentrada será a renda; quanto mais assistida uma pessoa - em nutrição, saúde, saúde pública, salubridade no trabalho, segurança contra formas de violência - mais longa sua expectativa de vida.

A habitabilidade, atualmente, vem sendo medida através de um conjunto de indicadores que, de acordo com Agustín Hernández (2009), um indicador:

"(...) representa de forma simplificada uma situação complexa, permitindo avaliar sua evolução ao longo do tempo ou sua comparação entre diferentes espaços ou estruturas. Um indicador é uma variável que excede seu valor líquido para representar uma realidade mais complexa, mas que deve ser facilmente compreensível e avaliável por todos os cidadãos " (HERNÁNDEZ, 2009)

Ainda para Hernández (2009), os indicadores devem cumprir uma série de requisitos, entre eles, ser exato, específico para o assunto a ser tratado, ser facilmente compreensível, acessível, com dados periódicos homogêneos, além de cumprir três condições: comunicabilidade (que seja útil para entender as mudanças e avaliar as políticas), acessibilidade (que não exceda os custos e esteja disponível) e publicidade (acessível a todos e que difunda uma entidade diferente da que o está criando).

A partir do exposto acima, esse trabalho visa montar um índice a partir de indicadores suficientemente amplos para abranger os critérios integradores do conceito de habitabilidade.

4.1 APRESENTAÇÃO

Tendo o desenvolvimento iniciado em novembro de 2016, a metodologia que será apresentada a seguir vem sendo aprimorada. A princípio, em sua primeira versão, foi aplicada no município de Mata de São João – Bahia.

Esta ferramenta que sintetiza e agrega as diversas variáveis e seus componentes de Habitabilidade Urbana, seguindo o princípio de concepção pela simplicidade e facilidade de entendimento ao ser composta pelos grupos:

$$\text{IHU} = \text{Antrópico} + \text{Socioambiental} + \text{Natural}$$

Onde:

- IHU é o Indicador de Habitabilidade Urbana;
- Sistema Antrópico é definido pelas atividades do homem e relações com o ambiente construído e suas condições urbanísticas dignas.

- Socioambiental é dado como a interação da população com as questões ambientais visando manter boa qualidade urbanística, proteção ambiental, como descarte dos resíduos sólidos em via pública e contribuição da manutenção da beleza urbana.
- Sistema Natural definido e medido pelo meio físico e biológico (topografia, chuvas, distribuição do índice pluviométrico, proximidade de amenidades).

4.2 METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida para a construção do Índice de Habitabilidade utiliza-se da construção de tabelas organizadas através dos temas citados anteriormente (Antrópico, Socioambiental e Natural), dividindo-os em sub-temas e que podem ser “*rankeados*” em ruim, aceitável e excelente.

Cada sub-tema deve vir acompanhado de:

Justificativas: Esse item deve explicar brevemente do que se trata o sub-tema e sua pertinência quanto ao que influi numa boa ou má habitabilidade.

Critérios de Avaliação: Nesse item devem ser estabelecidos parâmetros razoáveis que indiquem o que seria ruim, aceitável ou excelente dentro de cada sub-tema em termos de habitabilidade.

A partir disso, o Índice de Habitabilidade Urbana (IHU) utiliza um critério de pontuação para possibilitar verificar o grau de habitabilidade local. O intuito é criar um indicador capaz de ser utilizado como ferramenta para tomada de decisões, em prol da melhoria da qualidade de vida da população. Cada tema e subtema receberam uma pontuação máxima a qual pode atingir e ao ser “*ranqueada*” e aferido o seu resultado, terá sua pontuação atribuída da seguinte forma:

Diagrama da distribuição das notas dos indicadores de habitabilidade urbana



Indicadores com *rank* **ruim**: receberá 10% da sua pontuação máxima.

Indicadores com *rank* **aceitável**: receberá 50% da sua pontuação máxima.

Indicadores com *rank* **excelente**: receberá 100% da sua pontuação máxima.

Após isso, somam-se as notas obtidas de cada tema até que se possa mensurar, por intermédio de sua pontuação, de 0 (zero) a 10 (dez), o grau de habitabilidade urbana da comunidade, conforme categorização abaixo:

GRAU DE HABITABILIDADE URBANA - PONTUAÇÃO
Ausência de Habitabilidade Urbana - 0 pts.
Baixa Habitabilidade Urbana – 0,1 a 5,0 pts.
Média Habitabilidade Urbana – 5,1 a 7,0 pts.
Alta Habitabilidade Urbana – 7,1 a 10,0 pts.

Por exemplo: Uma poligonal hipotética estudada recebe um *rank* aceitável, um *rank* ruim e um *rank* excelente em subtemas cujo valor máximo de cada uma deles é 0,25 pts. O caráter desses subtemas é o Sócioambiental. Então:

$$(0,25 \times 0,5) + (0,25 \times 1,0) + (0,25 \times 0,1) \rightarrow 0,125 + 0,25 + 0,025$$

$$= 0,400^3$$

Sendo assim, essa poligonal possui média de 0,400 no tema Socioambiental, que posteriormente será somada com as médias Antrópicas e Naturais para dar origem ao Grau de Habitabilidade Urbana da poligonal.

4.3 ÍNDICE DE HABITABILIDADE APLICADO À MATA DE SÃO JOÃO

Nessa parte do trabalho será apresentada a aplicação do método de pesquisa realizado, à época, pela turma de Urbanismo 2013.1 da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, sendo esta sua primeira versão construída no ano de 2016.

Como explicado anteriormente, os indicadores foram organizados em três grandes grupos que serão detalhados a seguir.

4.3.1. Antrópico

JUSTIFICATIVAS:

Abastecimento de água: Um bom e eficiente sistema de abastecimento de água tende a atender uma maior quantidade de pessoas e uma boa regularidade causa a sensação de conforto, ou seja, o habitante terá água se assim necessitar a qualquer hora.

Sistema de Resíduos Sólidos: Acreditamos que a coleta e a sua destinação final adequada influi diretamente na habitabilidade, pois, o mau condicionamento de lixo sólido pode causar odores indesejáveis, além de doenças.

Sistema de Rede Coletora: Esse item diz respeito à quantidade de população atendida pelo sistema de esgotamento sanitário.

Drenagem urbana: Acreditamos que um bom sistema de drenagem urbana, que funcione bem de forma que não haja áreas de alagamento no local, seja fator considerável à respeito de uma boa habitabilidade.

³ Assume-se para caráter de cálculo matemático de porcentagem: 0.1 para 10%, 0.5 para 50% e 1.0 para 100%

Controle de Riscos Geológicos: O local onde a habitação está alocada está diretamente ligado à uma boa ou má habitabilidade. Para isso, achamos que áreas suscetíveis a desastres (deslizamentos de terra, desabamentos, etc.), devem ser mapeadas e categorizadas como “moráveis” ou não.

Transporte: A disponibilidade, frequência, tempo de deslocamento que o usuário leva de casa ao trabalho, esses são fatores determinantes para uma boa habitabilidade, visto que o uso de transportes é diário e é comprovado que o trânsito (ou o mal funcionamento do sistema de transportes) afeta até mesmo o humor do usuário.

Energia Elétrica: Assim como no abastecimento de água, a eficiência do sistema de abastecimento energético, assim com o sua regularidade causa a sensação de conforto no habitante.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

1. Abastecimento de água
 - População atendida:
 - Ruim:** 0 – 49%
 - Aceitável:** 50% - 89%
 - Excelente:** 90% - 100%
 - Regularidade:
 - Ruim:** 1/7 dias da semana
 - Aceitável:** 5/7 dias da semana
 - Excelente:** Todos os dias
2. Sistema de resíduos sólidos
 - Coleta:
 - Ruim:** 1x na semana ou inexistente
 - Aceitável:** 2x na semana
 - Excelente:** 3x na semana
 - Destino Final:
 - Ruim:** Lixão
 - Aceitável:** Aterro
 - Excelente:** Reciclagem
3. Sistema de rede coletora

- População atendida
 - Ruim:** 0 – 49%
 - Aceitável:** 50% - 89%
 - Excelente:** 90% - 100%
- 4. Drenagem urbana
 - Área de alagamento
 - Ruim:** Alagamento contínuo
 - Aceitável:** Alagamento parcial
 - Excelente:** Não tem alagamento
- 5. Controle de riscos geológicos
 - Suscetibilidade a desastres.
 - Ruim:** Não existe mapeamento.
 - Aceitável:** Mapeamento e ação emergencial.
 - Excelente:** Mapeamento, planejamento e execução.
- 6. Transporte* (ônibus intermunicipal)
 - Oferta e demanda
 - Ruim:** 0 – 49%
 - Aceitável:** 50% - 89%
 - Excelente:** 90% - 100%
 - Tempo de espera
 - Ruim:** 1 hora
 - Aceitável:** 30 - 45 minutos
 - Excelente:** Até 30 minutos
 - Tempo de deslocamento
 - Ruim:** + 45 minutos
 - Aceitável:** 30 – 45 minutos
 - Excelente:** Até 30 minutos
 - Regularidade
 - Ruim:** + 10 minutos
 - Aceitável:** 5 – 10 minutos
 - Excelente:** Pontual
- 7. Energia elétrica
 - População atendida:

Ruim: 0 – 49%

Aceitável: 50% - 89%

Excelente: 90% - 100%

- Regularidade:

Ruim: 1/7 dias da semana

Aceitável: 5/7 dias da semana

Excelente: Todos os dias

TABELA 1: RESULTADOS OBTIDOS EM MATA DE SÃO JOÃO NOS CRITÉRIOS ANTRÓPICOS

			Ruim	Aceitável	Excelente
Antrópicos (Pontuação máxima: 4,0pts.)	Abastecimento de água (0,5pts.)	População atendida (0,25pts.)		X	
		Regularidade (0,25pts.)			X
	Sistema de Resíduos Sólidos (0,5pts.)	Coleta (0,25pts.)			X
		Destino Final (0,25pts.)		X	
	Sistema de Rede Coletora (0,5pts.)	População atendida (0,5pts.)	X		
	Drenagem urbana (0,5pts.)	Área de alagamento (0,5pts.)			X
	Controle de Riscos Geológicos (0,5pts.)	Suscetibilidade a desastres (0,5pts.)	X		
	Transporte (1,0pts.) ⁴	Oferta e demanda (0,25pts.)			X
		Tempo de espera (0,25pts.)			

⁴ Como não foi possível obter os dados de dois subtemas de Transporte, os dois itens restantes dividirão a nota total passando a valer 0,5 pts. cada um. O mesmo ocorre para Energia Elétrica, porém como

		Tempo de deslocamento casa/trabalho (0,25pts.)			
		Regularidade (0,25pts.)		X	
Energia Elétrica (0,5pts.)		População atendida (0,25pts.)			X
		Regularidade (0,25pts.)			X

— Não foi possível obter esse dado - não existe circulação de ônibus municipal, apenas os intermunicipais, são utilizados então vans e moto-táxi (não existe uma contabilidade de vans e moto-táxi).

Fonte: Pesquisa em campo. 2016.

Média dos Indicadores Antrópicos:

$$\begin{aligned}
 & (0,25 \times 0,5) + (0,25 \times 1,0) + (0,25 \times 1,0) + (0,25 \times 0,5) + (0,5 \times 0,1) \\
 & + (0,5 \times 1,0) + (0,5 \times 0,1) + (0,5 \times 1,0) + (0,5 \times 0,5) \\
 & + (0,25 \times 1,0) + (0,25 \times 1,0) \\
 & 0,125 + 0,25 + 0,25 + 0,125 + 0,05 + 0,5 + 0,05 + 0,5 + 0,25 + 0,25 + 0,25 =
 \end{aligned}$$

2,6

4.3.2. Socioambiental

JUSTIFICATIVAS:

Autonomia da população na reciclagem: Acreditamos que para ter uma boa interação entre o social e o ambiental os indivíduos tem que ter a sua responsabilidade no compartilhamento do todo, assim acreditamos que a população tem que ter autonomia na reciclagem dos seus resíduos de qualquer natureza.

Poluição do rio: dividimos em duas categorias:

I. Qualidade da água: A qualidade da água mostra a interação direta da população com o meio natural e a sua qualidade de vida, para a produção de alimentos por exemplo de consumo.

não tem para onde relocalar a pontuação, essa permanecerá com 0 (zero). Para efeito de análise e metodologia, na tabela acima foram mantidos os valores originais de cada item.

II. Qualidade da interação: A interação da população com o meio natural é importante para afirmar os laços de importância do papel dos rios na qualidade de vida da população.

Cuidado da população com a cidade:

I. Serviços Congêneres. Uma cidade limpa mostra que a população é ambientalmente educada, entende a importância do cuidado com a natureza e tem consciência do seu papel como cidadão.

II. Preservação das áreas públicas: A preservação das áreas públicas é de importância ambiental, cultural e social de uma comunidade, uma vez que desta forma fortalecemos os laços da população.

Organização social:

I. Existência de cooperativa: A existência de cooperativa mostra a força e consciência da população local, visando uma melhora social.

II. Existência de associações: A existência de associações mostra a força e consciência da população local, mostrando assim o esclarecimento da população local.

Áreas de reservas na cidade: As áreas verdes geram uma melhora da qualidade ambiental. Desta forma acreditamos que as áreas verdes públicas geram melhora térmica e outras formas ambientais e sociais, onde o espaço favorece o convívio em comunidade.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

1. Reciclagem

- Autonomia da população na reciclagem:

Ruim: 0 – 10%

Aceitável: 11% - 50%

Excelente: 51% - 100%

2. Poluição do rio

- Qualidade da água:

Ruim: Tratamento químico

Aceitável: Tratamento mínimo

Excelente: Consumo direto

- Qualidade da interação:

Ruim: Evitamento do rio/odor

Aceitável: Só paisagem

Excelente: Interação total/banho, pesca, consumo e etc.

3. Cuidado de cidade pela população:

- Manutenção dos serviços congêneres pela população:

Ruim: Não existe

Aceitável: Intermediário

Excelente: Sem lixo

- Preservação das áreas públicas:

Ruim: Degradação

Aceitável: Degradação e manutenção pública na mesma sintonia

Excelente: Sem degradação

4. Organização popular

- Existência de cooperativa:

Ruim: Inexistente

Aceitável: Existência

Excelente: Existência com interação e força política

5. Existência de associações:

Ruim: Inexistente

Aceitável: Existência

Excelente: Existência com interação e força política

6. Áreas verdes

- Áreas de reservas na cidade:

Ruim: Inexistente

Aceitável: Existência sem interação com os moradores

Excelente: Existências e interação com a população

TABELA 2: RESULTADOS OBTIDOS EM MATA DE SÃO JOÃO NOS CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAL

Fonte: Pesquisa em campo. 2016.

		Ruim	Aceitável	Excelente	
Socioambiental (Pontuação máxima: 3,0 pts.)	Reciclagem (0,3pts)	Autonomia da população na reciclagem (0,3pts)	X		
	Poluição do rio (0,6pts)	Qualidade da água (0,3pts)		X	
		Qualidade da interação (0,3pts)	X		
	Cuidado da cidade pela população (0,6pts)	Manutenção dos serviços congêneres como a limpeza pública pela população (0,3pts)			X
		Preservação das áreas públicas (0,3pts)			X
	Organização popular (0,6pts)	Existência de cooperativa (0,3pts)		X	
		Existência de associações (0,3pts)		X	
	Áreas verdes (0,3pts)	Áreas de reservas na cidade (0,3pts)			X

Média dos Indicadores Socioambientais:

$$(0,3 \times 0,1) + (0,3 \times 0,5) + (0,3 \times 0,1) + (0,3 \times 1,0) + (0,3 \times 1,0) + (0,3 \times 0,5) + (0,3 \times 0,5) + (0,3 \times 1,0)$$

$$0,03 + 0,15 + 0,03 + 0,3 + 0,3 + 0,15 + 0,15 + 0,3 =$$

1,41

4.3.3. Naturais

JUSTIFICATIVAS:

As condições climáticas do município de Mata de São João podem contribuir para a qualidade de vida urbana dos seus habitantes, pois sabe-se que o espaço urbano é constituído da relação entre a natureza e o homem. Com base nesta informação, propomos este indicador natural para mensurar a qualidade de vida destes habitantes, relacionando com os possíveis casos de doenças que possa ter como causa as questões climáticas e analisando a preservação fluvial e a vegetal.

Procuramos relacionar o índice natural com os possíveis casos de doenças que possa ter como causa as questões climáticas. No entanto em pesquisa em variados sites inclusive no da prefeitura do município de Mata de São João não encontramos registro específico para o município estudado.

Para resolver esta problemática correlacionamos o nosso critério de avaliação com a média brasileira para o indicador poluição atmosférica, para os demais indicadores fizemos uma análise dedutiva.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

1. Radiação Solar

- Porcentagem populacional com incidência de doenças de pele registradas nos últimos 10 anos:

Ruim: Se cerca de **30%** da população apresenta ou apresentou doenças de pele neste período

Aceitável: Se entre **10%-30%** da população apresenta ou apresentou doenças de pele neste período

Excelente: Se menos de **10%** da população apresenta ou apresentou doenças de pele neste período

2. Poluição atmosférica por material particulado

- Porcentagem populacional com incidência de doenças respiratória registradas nos últimos 10 anos:

Ruim: Se cerca de **30%** da população apresenta ou apresentou doenças de pele neste período

Aceitável: Se entre **10%-30%** da população apresenta ou apresentou doenças de pele neste período

Excelente: Se menos de **10%** da população apresenta ou apresentou doenças de pele neste período

3. Proporção de Cobertura Vegetal

- Área construída x Área preservada:

Ruim: - Se a área construída for maior que a área preservada

Aceitável: - Se a área construída for igual a área preservada

Excelente: - Se a área construída for menor que a área preservada

TABELA 1: RESULTADOS OBTIDOS EM MATA DE SÃO JOÃO NOS CRITÉRIOS NATURAIS

			Ruim	Aceitável	Excelente
Naturais (Pontuação máxima 3,0 pts.)	Radiação Solar (1,0pts.)	Porcentagem populacional com incidência de doenças de pele registradas nos últimos 10 anos (1,0pts.)		X	
	Poluição atmosférica por material particulado (1,0pts.)	Porcentagem populacional com incidência de doenças respiratórias registradas nos últimos 10 anos (1,0pts.)	X		
	Proporção de Cobertura Vegetal (1,0pts.)	Área construída x Área preservada (1,0pts.)			X

Fonte: Pesquisa em campo. 2016.

Média dos Indicadores Naturais:

$$(1,0 \times 0,5) + (1,0 \times 0,1) + (1,0 \times 1,0)$$

$$0,5 + 0,1 + 1,0 =$$

1,6

RESULTADO FINAL:

IHU = Média Antrópico + Média Socioambiental + Média Natural

$$\text{IHU} = 2,6 + 1,41 + 1,6$$

Índice de Habitabilidade Urbana de Mata de São João = **5,61**

Média Habitabilidade Urbana – 5,1 a 7,0 pts.

4.4 NOVA VERSÃO

Atualmente (2017), a análise proposta nesse trabalho foi estruturada em dois grandes grupos – aspectos infraestruturais e de buen vivir – e estes divididos em outros subgrupos de indicadores que serão detalhados mais à frente.

Essa metodologia consiste na organização de um questionário (Apêndice A), que contemple os indicadores citados acima. A categorização anteriormente adotada, se manteve praticamente a mesma. O que as difere é que na nova versão são utilizadas as categorias: **bom**, **aceitável** e **ruim**. Além disso, o sistema de identificação dos indicadores também se manteve desde a versão anterior, devendo cada um deles vir acompanhado de suas:

Justificativas: Esse item deve explicar brevemente do que se trata o indicador.

Critérios de Avaliação: Esse item, na nova versão, já vem explicitado nas perguntas apresentadas no questionário, obedecendo a seguinte ordem:

Respostas letra a) = Categoria bom
Respostas letra b) = Categoria aceitável
Respostas letra c) = Categoria ruim

A partir disso, os Indicadores de Habitabilidade Urbana aqui propostos, utilizarão um critério de pontuação para possibilitar verificar o grau de habitabilidade local. O

resultado final se dará através da soma dos valores obtidos em cada indicador e agrupado em cada um dos grupos (infraestrutura/buen vivir) que poderão receber nota máxima de 5,0 pontos cada um.

Para a atribuição dos valores dos indicadores, será utilizada a mesma regra da versão anterior:

Indicadores na categoria **ruim**: receberão 10% da sua pontuação máxima.

Indicadores na categoria **aceitável**: receberão 50% da sua pontuação máxima.

Indicadores na categoria **bom**: receberão 100% da sua pontuação máxima

Após isso, somam-se as notas obtidas de cada tema até que se possa mensurar, por intermédio de sua pontuação, de 0 (zero) a 10 (dez), o grau de habitabilidade urbana da comunidade, conforme categorização abaixo:

GRAU DE HABITABILIDADE URBANA - PONTUAÇÃO⁵
Ausência de Habitabilidade Urbana – 0,1 a 1 pto.
Baixa Habitabilidade Urbana – 1,1 a 4,0 pts.
Média Habitabilidade Urbana – 4,1 a 7,0 pts.
Alta Habitabilidade Urbana – 7,1 a 10,0 pts.

4.4.1 Os Indicadores da nova versão

Os aspectos de infraestrutura darão conta de mensurar, segundo critérios técnicos estabelecidos pela Metodologia, em que medida o habitante está sendo servido por redes, serviços e equipamentos que a cidade oferece, além das condições de equipamentos e aporte para as áreas de convivência e o âmbito da localização da moradia. É composto por 14 (quatorze) indicadores e está dividido da seguinte forma:

⁵ Aqui, corrigiu-se incoerência matemática que havia na primeira versão, haja vista que se a nota mínima que cada indicador pode receber é de 10%, o valor de ausência de habitabilidade (0) seria impossível de ser obtido. Além disso, considerou-se que um ambiente com alto índice de insalubridade a ponto de receber nota inferior a 1,0 ponto, apesar de habitado, não teria condições de habitabilidade adequadas para moradia, havendo sim, ausência de habitabilidade.

1. ACESSIBILIDADE E OFERTA DE INFRAESTRUTURA URBANA⁶

I. Transporte coletivo/público

i. Proximidade das paradas de ônibus/estações de metrô (0,35 pt.)

ii. Oferta das linhas de ônibus (0,35 pt.)

iii. Tempo de espera (0,35 pt.)

iv. Tempo de deslocamento casa/trabalho (0,35 pt.)

II. Abastecimento de água (0,35 pt.)

III. Abastecimento de energia elétrica (0,35 pt.)

IV. Coleta de lixo (0,35 pt.)

V. Condição das calçadas (0,35 pt.)

VI. Iluminação pública (0,35 pt.)

VII. Espaços públicos

i. Proximidade (0,35 pt.)

ii. Estado de conservação (0,35 pt.)

2. ASPECTOS DA MORADIA

I. Localização da moradia (0,35 pt.)

II. Densidade domiciliar (0,35 pt.)

III. Conforto (0,35 pt.)

TOTAL = 5,0 pontos

Já os aspectos do *buen vivir* serão descritos por indicadores que contemplam as três dimensões primordiais do conceito tradicional sul-americano: se sentir bem consigo mesmo, viver em harmonia com a natureza e a relação indivíduo-comunidade. Também está sintetizada em 14 (quatorze) indicadores que são:

⁶ Representação: Indicador (nota máxima que pode ser obtida)

1. SE SENTIR BEM CONSIGO MESMO
 - I.Prática de esportes (0,35 pt.)
 - II.Auto avaliação de saúde (0,35 pt.)
 - III.Uso do tempo para lazer (0,35 pt.)
 - IV.Satisfação pessoal (0,35 pt.)
2. VIVER EM HARMONIA COM A NATUREZA
 - I.Contato com a natureza (0,35 pt.)
 - II.Uso de transportes não poluentes (0,35 pt.)
 - III.Reciclagem de lixo (0,35 pt.)
 - IV.Redução de consumo (0,35 pt.)
 - V.Projeção de futuro em relação à crise climática (0,35 pt.)
3. RELAÇÃO INDIVIDUO-COMUNIDADE
 - I.Relação com a vizinhança (0,35 pt.)
 - II.Engajamento em associações de moradores (0,35 pt.)
 - III.Engajamento político (0,35 pt.)
4. AVALIAÇÃO GLOBAL DA VIDA COMO UM TODO
 - I.Satisfação (0,35 pt.)
 - II.Avaliação da qualidade de vida (0,35 pt.)

TOTAL = 5,0 pontos

A escolha por equilibrar os dois principais grupos dividindo a sua importância (50%-50%), é claro reflexo do que vem sendo debatido ao longo deste trabalho. Ambos os grupos, infraestrutura e critérios de bem-viver possuem relevância para a determinação de uma boa qualidade de vida.

5. CONCLUSÃO

Sabe-se que há uma necessidade de um enfoque sociológico e técnico para determinar a qualidade de vida de uma comunidade. Isso deve acontecer desde o início do processo de idealização e construção da habitação, por meio da promoção adequada do desenho, da localização do imóvel, da habilitação, da adaptação para pessoas com mobilidade reduzida, do gerenciamento, até o uso e manutenção da habitação e de seu entorno.

Atualmente, a maioria das referências sobre estudos de habitabilidade diz respeito à avaliação de habitação de interesse social – quase todas, na direção estabelecida pelos autores citados durante o trabalho, que consideram a opinião do usuário. No entanto, se observou que estes métodos podem ser utilizados em análises urbanas mais amplas, servindo como orientadores dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, a partir do qual seja possível entender as relações complexas entre os domínios, os fatores e os atributos que compõem a qualidade do espaço urbano em termos de habitabilidade.

O *buen vivir*, aqui colocado como parte complementar nos estudos sobre a habitação, engloba um conjunto de ideias que vem se formando como alternativa aos conceitos convencionais sobre o desenvolvimento. Sob a luz desses conceitos estão se acumulando diversas reflexões que, com muita intensidade, exploram novas perspectivas criativas, tanto no campo teórico como na prática.

Como exposto no trabalho, o bem-viver implica um questionamento substancial das ideias contemporâneas de desenvolvimento e, especialmente, seu apego ao crescimento econômico e sua incapacidade de resolver os problemas da pobreza, sem esquecer que as práticas vistas nesse modelo levam a graves impactos sociais e ambientais.

Esse questionamento aparece como aspecto central na formulação do *buen vivir*. Questiona-se, por exemplo, a racionalidade do desenvolvimento atual, sua ênfase nos aspectos econômicos e no mercado, sua obsessão pelo consumo ou o mito do progresso contínuo.

Outro conjunto de reações aponta para as diferentes ideias em jogo. Por exemplo, se questiona duramente a ênfase convencional em entender o bem-estar apenas como uma questão de renda econômica ou posse material, ou que só pode ser resolvida no

mercado. O Bem-Viver é pautado na qualidade de vida, não o reduzindo ao consumo ou à propriedade. Qualidade de vida inclui desde fatores relacionados à saúde como bem-estar físico, funcional, emocional e mental, até elementos importantes da vida das pessoas como trabalho, família, amigos, e outras circunstâncias do cotidiano.

É muito comum argumentar que um país se desenvolve se a sua economia crescer e, em particular, se as exportações ou investimentos aumentam. Em muitos casos, o PIB aumentou e as exportações dispararam, mas pouco ou nada foi melhorado em termos de condições sociais e ambientais. Apesar disso, essa posição de desenvolvimento clássico ainda é válida e, por sua vez, expressa uma firme crença no progresso e na evolução linear da história. Seus exemplos clássicos são considerar os países latino-americanos como "subdesenvolvidos", que devem avançar em etapas sucessivas, imitando a trajetória das economias industrializadas. Desta forma, uma ampla gama de reflexões sobre *Buen Vivir* concentra-se nas falácias do economismo convencional. (ACOSTA, 2008)

Outros questionamentos levantados abordam a base antropocêntrica do desenvolvimento atual, que faz com que tudo seja valorizado e apreciado em termos de sua utilidade para os seres humanos. Há também aqueles que denunciam a perda de aspectos afetivos. Nessas áreas, as contribuições do conhecimento tradicional, especialmente dos andinos, são muito evidentes, que se tornaram um ingrediente chave e essencial para nutrir as reflexões sobre o Bem Viver.

Por fim, outro componente essencial do *Buen Vivir* é uma mudança radical na forma como a natureza é interpretada e valorizada. Em várias das suas formulações, o ambiente torna-se um sujeito de direitos, rompendo com a perspectiva antropocêntrica tradicional.

Conclui-se, portanto, que a metodologia aqui apresentada, baseada em ideais e visões mais holísticas, e utilizada como modelo alternativo de avaliação de desempenho e desenvolvimento de uma sociedade, tem como objetivo tentar ir além de uma visão monetarista de mundo. Desta forma, abrangendo temas que, juntos a indicadores econômicos, podem fazer uma análise mais assertiva de como está o desenvolvimento de determinados locais. Com isso facilita indicar problemas sociais, psicológicos, ambientais, educacionais e até econômicos, para que seja mais direcionada uma programação maior e mais clara do andamento do PIB e,

principalmente, do desenvolvimento de uma sociedade como um todo e não só do padrão econômico.

Percebe-se que a grande variedade de indicadores, sejam eles de natureza econômica ou social, se justifica pela complexidade de se determinar o desempenho de uma região bem como a qualidade de vida de seus residentes, visto a ampla gama de fatores envolvidos. Encontrar uma forma de reunir, senão todos, o maior número possível desses fatores em um único indicador, representa um grande desafio para pesquisadores e estudiosos do assunto.

O Índice de Habitabilidade Urbana ainda é um instrumento novo, por isso é necessário aprofundar as pesquisas, aplicar, avaliar os resultados e reaplicá-lo, para que o mesmo se torne uma ferramenta concisa de gestão urbana com intuito de possibilitar medir, planejar e corrigir futuras ações voltadas às problemáticas urbanas e dê suporte às decisões em direção ao desenvolvimento sustentável local.

Pretende-se em trabalho futuro, aperfeiçoar ainda mais os indicadores de habitabilidade urbana e tentar aplica-lo nas mais variadas situações e tipologias habitacionais, a fim de comparar resultados e provar a hipótese de que o crescimento econômico é parte do processo de desenvolvimento humano, porém, neste último, deve ser levado em consideração outros fatores subjetivos e psicológicos.

O profissional urbanista, como técnico, é capaz de apoiar as pessoas a construir locais com características que favorecem uma vida saudável, segura e confortável, fazendo uso eficiente dos recursos que são usados. A plenitude de uso inclui os aspectos simbólicos e convencionais, embora estes últimos sejam geralmente alcançados uma vez que os itens essenciais sejam satisfeitos, como evidenciado no trabalho.

Sugere-se a participação direta do usuário nas intervenções ou projetos em seu habitat como um meio direto de conhecer as necessidades a que devem responder, além da oportunidade de observar os ambientes de significância e características sociais e culturais específicas em que o indivíduo está imerso.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. “**El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo** - Una lectura desde la Constitución de Montecristi”, Policy Paper N° 9, Fundación Friedrich Ebert, 2010
- ACOSTA, A. **El Buen Vivir, una oportunidad por construir**. Ecuador Debate, Quito, 2008.
- ARRUDA, M. **As nove dimensões do FIB**. *Cooperadamente*, Mogi das Cruzes, abr. 2009. Disponível em: <<http://cooperadamente.blogspot.com.br/2009/04/fib-qualquer-semelhanca-com-prout-e.html>>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- BATES, W. **Gross national happiness**. Asian-Pacific Economic Literature, 2009
- BENTLEY, I.; ALCOCK, B.; MURRAIN, P.; MCLYNN, S.; SMITH, G. **Entornos Vitales: Hacia un diseño urbano y arquitectónico más humano: Manual práctico**. Barcelona, España, 1999
- BONDUKI, N. G. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**: uma metodologia para avaliar programas de habitação. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002.
- BUZZAR, Miguel Antônio. **Desenvolvimento de metodologia de avaliação para o aspecto produto habitacional do programa de arrendamento residencial**. São Paulo, 2007
- CARMONA, M. S. **Habitabilidad y arquitectura por Manuel Sanchez de Carmona**. Disponível em <<https://academianacionaldearquitecturamx.wordpress.com/2013/01/31/habitabilidad-y-arquitectura-por-manuel-sanchez-de-carmona/>>. Acesso em: 05 de nov. de 2017;
- CASTRO, Claudia Osório. **A habitabilidade urbana como referencial para a gestão de ocupações irregulares**. Curitiba, 2007.
- CHOPHEL, S. **Cultural diversity and resilience**. Gross national happiness survey findings, Butão, 2009. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/05/Cultural-Diversity-and-Resilience.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- Choquehuanca D. **Hacia la reconstrucción del Vivir Bien**. América Latina en Movimiento, ALAI, No 452, 2010.

COHEN, Simone Cynamon. **Habitação saudável no Programa Saúde da Família (PSF): uma estratégia para as políticas públicas de saúde e ambiente.** Rio de Janeiro: ENSP, 2004.

Faculdade de Educação Física. **Políticas Públicas Qualidade de Vida e Atividade Física,** UNICAMP. São Paulo 2011.

FERRO, Fernanda Fernandes. **Instrumentos para medir a qualidade de vida no trabalho e a ESF: uma revisão de literatura.** Brumadinho, 2012

FLECK, M.P.A. Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100). **Revista de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v.33, n.2,1999.

_____. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado da qualidade de vida "WHOQOL-bref. **Revista de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, 2000.

GALAY, K. **Time use and happiness.** Butão, 2009

GOMES, Francisco Donizete. **Direito Fundamental social à moradia: legislação internacional, estrutura constitucional e plano infraconstitucional.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

GRANADOS, M. "**¿Ocupar o habitar? Aproximación al fenómeno actual**". Revista Arte, individuo y Sociedad, 2013.

GUDYNAS, Eduardo. **El mandato ecológico. Derechos de la naturaleza y políticas ambientales en la nueva Constitución,** serie Debate Constituyente, 2009

HABITAT BRASIL. **O que é habitabilidade.** Disponível em: <<http://www.habitatbrasil.org.br/producaosocial-do-habitat/o-que-e-habitabilidade>>. Acesso em: 15 set. 2017.

HERCULANO, S. C. **Qualidade de vida e seus indicadores.** In: HERCULANO, S.; PORTO, M. F. de S.; FREITAS, C. M. de. (Org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais.* Niterói: EdUFF, 2000.

HERNÁNDEZ, A. **Calidad de vida y medio ambiente urbano. Indicadores locales sostenibilidad y calidad de vida urbana.** Revista INVI, Vol.24, 2009

HIRATA, J. **Putting gross national happiness in the service of good development.** Journal of Bhutan Studies, 2004.

- JACYNTHO, Thaís Izar. **Aspectos de qualidade e habitabilidade na comunidade Tamarindo**. Rio de Janeiro, 2010
- LÁNDARURI, A. M.; MERCADO, S. J. **Algunos factores físicos y psicológicos relacionados con la habitabilidad interna de la vivienda**. Revista Medio Ambiente y Comportamiento Humano, 2004.
- LARREA, A.M. **La disputa de sentidos por el buen vivir como proceso contrahegemónico**. SENPLADES, Quito, 2010.
- LEAMER, E. **Macroeconomic patterns and stories: a guide for MBAs**. Nova York: Springer Publications, 2009.
- MANKIWI, N. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MASLOW, A. **Motivación y personalidad**. Barcelona: Sagitario, 1975
- MICHALOS, A.C.; ZUMBO, B.D.; HUBLEY, A. Health and the quality of life: social indicators research. **Social Indicators Research**, Prince George, 2000.
- MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2000.
- MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE, MEDIO RURAL, MARINO-BCN ECOLOGÍA Y AL21. **Sistema municipal de indicadores de sostenibilidad**, Madrid, España, 2010.
- NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina: Midiograf, 2003.
- NUNES, D. L. **Você é um/a ecocidadã/o?** Salvador, 2016. Disponível em: <<http://cirandas.net/deboranunes/blog/voce-e-uma-eco-cidadao>>. Acesso em 19 nov. 2017.
- OLMOS, S. H. M. **La habitabilidad urbana como condición de calidad de vida**. (U. d. Colima, Ed.) Palapa Revista de Investigación Científica en Arquitectura, 2008
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Hacia un sistema de estadísticas sociales y demográficas**. Nova York: ONU, 1975.
- PANTOJA, J.V. **Lo Informal Habitado**, Universidad Nacional de Colombia, Medellín, 2016.

- RUEDA, S. **“Habitabilidad y calidad de vida” en Ciudades para un futuro más sostenible**, 1996.
- SACHAR, G. **Restructuring the Gross National Happiness (GNH) – Issues and Challenges**. Shree Birkha Ram College of Education, Ambala – Índia, 2011
- SALDARRIAGA, A. **Habitabilidad**. Bogotá: ESCALA Fondo Editorial. 1976
- SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 7. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.
- SANTAGADA, S. **Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica**. Pensamento Plural. Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/01/06.pdf>>. Acesso em: 15 nov 2017.
- SAULE JR., Nelson. **A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2004.
- SILVA, Elisangela Ferreira. **Em busca de habitabilidade: adequações inseridas no conjunto habitacional Boa Sorte em Coimbra, MG**. Minas Gerais, 2011
- SPANNENBERG, Mariane G. **Análise de habitabilidade de conjunto habitacional em Marau – rs**. Rio Grande do Sul, 2006.
- THINLEY, L. J. Y. **Educating for gross national happiness**. Opening address on educating for happiness. 2009.
- TIDEMAN, S. G. **Gross national happiness: towards a new paradigm in economics**. The Centre for Bhutan Studies, 2004.
- TORTOSA, J.M. **El juego global. Maledesarrollo y pobreza en el capitalismo global**. Icaria, Barcelona, 2001.
- TRZCINSKI, Clarete. **Método de avaliação da execução do Plano Local de Habitação de Interesse Social em municípios de pequeno porte**. Porto Alegre, 2014
- URA, K.; ALKIRE, S.; ZANGMO, T.; WANGDI, K. et al. **An extensive analysis of GNH index**. The Centre for Bhutan Studies, May 2012.
- WANGDI, K. **Gross national happiness survey findings**. Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2009
- ZANGMO, T. **Psychological well-being**. Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2009.

APÊNDICE A

Questionário desenvolvido com base nos indicadores de habitabilidade dispostos no trabalho, FIB, pirâmide das necessidades básicas de Maslow (1975) e no questionário “Você é um/a ecocidadã/o?”, da professora Débora Nunes (2016).

INFRAESTRUTURA URBANA

Você costuma utilizar transporte coletivo?

- a. Sim
- b. Não

Caso a resposta anterior for sim, responda:

Como você classifica o sistema de transportes coletivo/público, quanto à:

Proximidade de paradas de ônibus/estações de metrô à sua residência

- a. Excelente (até 150m)
- b. Aceitável (até 500m)
- c. Ruim (mais que 500m)

Oferta de linhas de ônibus

- a. Excelente (tenho fácil a todos os ônibus que preciso)
- b. Razoável (tenho acesso a algumas linhas de ônibus as quais preciso)
- c. Ruim (não tenho acesso diretamente às linhas de ônibus que preciso)

Tempo de Espera

- a. Menos de 15 minutos
- b. De 15 a 30 minutos
- c. Mais de 30 minutos

Tempo de deslocamento casa/trabalho

- a. Até 30 minutos
- b. De 30 a 60 minutos
- c. Mais de 60 minutos

Você possui abastecimento de água regular em sua casa?

- a. Sim, todos os dias.
- b. Somente em 5/7 dias da semana

- c. Em menos de 5 dias da semana

Você possui abastecimento de energia elétrica regular em sua casa?

- a. Sim, todos os dias.
- b. Somente em 5/7 dias da semana
- c. Em menos de 5 dias da semana

Com que frequência há a coleta de lixo?

- a. 3x na semana
- b. 2x na semana
- c. 1x ou não é coletado

Como você avaliaria as condições das calçadas próximas a sua residência?

- a. Boa
- b. Aceitável
- c. Ruim

As proximidades da sua moradia são bem servidas de iluminação pública?

- a. Sim, a minha rua é bem servida de iluminação.
- b. A iluminação existe, mas precisa de melhoria.
- c. Minha rua é mal iluminada

Quanto a proximidade dos espaços públicos (praças, quadras, parques...)

- a. Bem próximo (tenho fácil acesso a pé)
- b. Razoavelmente acessível (é acessível a pé, porém, é mais longe)
- c. Longe (não consigo ir a pé)

Condição de conservação desses espaços

- a. Boa
- b. Aceitável
- c. Ruim

Quanto à sua moradia:

Localização da moradia (controle de Riscos Geológicos)

- a. Local plano e sem risco de deslizamento
- b. Encosta com contenção
- c. Encosta, susceptível a deslizamento

Qual a “densidade domiciliar”⁷ da sua residência?

- a. Até 3 pessoas
- b. 4 pessoas
- c. 5 ou mais pessoas

Você se sente confortável na sua casa?

- a. Me sinto bem e muito confortável onde moro.
- b. Vivo bem, porém, ainda mudaria pequenas coisas.
- c. Estou em constante aperfeiçoamento da minha casa.

BUEN VIVIR

SE SENTIR BEM CONSIGO MESMO

Com que frequência você pratica esportes?

- a. Pelo menos uma vez por semana
- b. Eventualmente
- c. Nunca

Como você auto avalia a sua saúde física?

- a. Minha saúde é muito boa, há mais de um ano não tenho sequer um resfriado.
- b. Minha saúde esteve suscetível a pequenos problemas no último ano.
- c. Tenho problemas de saúde crônicos.

Como você avaliaria a sua satisfação pessoal no último ano?

- a. Muito boa, cumpri todas as metas que estabeleci.
- b. Cumpri alguns objetivos estabelecidos.
- c. Não consegui atingir minhas metas, mas sigo tentando.

Com que frequência você utiliza espaços de lazer?

- a. Pelo menos uma vez por semana.
- b. Mensalmente
- c. Nunca

Costuma ter contato com a natureza?

- a. Sim, pelo menos uma vez por semana.
- b. Às vezes tenho contato
- c. Nunca tenho contato

⁷ Considerando que o IBGE define quatro pessoas como a média de habitantes por domicílio brasileiro, utilizou-se esse número como indicador aceitável.

Você faz uso de transportes não poluentes? (modo a pé, bicicleta...)

- a. Sim, com frequência.
- b. Sim, utilizo eventualmente.
- c. Nunca.

Você recicla o seu lixo?

- a. Sim, reciclo todo o meu lixo.
- b. Reciclo parcialmente o meu lixo
- c. Gostaria de fazer, mas ainda não consegui me organizar para isso;

Você se preocupa quanto à redução de consumo? (água, energia e bens materiais).

- a. Sim, tento reduzir ao máximo meu consumo.
- b. Sim, mas enfrento algumas dificuldades.
- c. Não me preocupo com a redução de consumo.

Em relação à imagem que você tem do seu próprio futuro e da crise climática em andamento:

- a. Estou suficientemente informado/a e consciente sobre a gravidade da situação e me projeto no futuro em uma vida resiliente e ecológica, praticando desde já, na medida do possível, esse estilo de vida;
- b. Embora esteja informado/a e consciente, ainda não consigo ter um projeto pessoal de futuro para conviver com a situação ambiental em degradação;
- c. Evito pensar no assunto, pois ou sinto que as informações disponíveis não são claras ou vejo os problemas como grandes demais e isso me bloqueia;

Tem um bom relacionamento com seus vizinhos?

- a. Sim, me relaciono muito bem com os meus vizinhos.
- b. Conheço meus vizinhos, mas não tenho muito contato.
- c. Nem os conheço.

Participa das reuniões de condomínio/associação de moradores?

- a. Sim, sou bastante ativo nas reuniões.
- b. Participo, mas não com muita frequência.
- c. Nunca participo das reuniões

Você é politicamente engajado?

- a. Sim, participo ativa/frequentemente de audiências públicas e eventos que favoreçam a minha participação na tomada de decisões do governo.
- b. Participo de audiências públicas, mas não costumo ter voz ativa nesses eventos.

- c. Ainda não participo, mas pretendo me organizar para ser mais engajado.

Sente-se satisfeito com a vida que leva, considerando os fatores que respondeu acima?

- a. Sim, sou muito feliz.
- b. Sim, porém, poderia estar mais feliz.
- c. Não sou feliz

Como você avalia sua qualidade de vida?

- a. Tenho uma excelente qualidade de vida
- b. Tenho uma qualidade de vida aceitável
- c. Tenho uma baixa qualidade de vida